ÁSIA E EUROPA
NA HISTÓRIA DA GLOBALIZAÇÃO

ASIA AND EUROPE IN THE HISTORY OF GLOBALISATION

IVO CARNEIRO DE SOUSA

CEPESA
Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático

Ivo Carneiro de Sousa

Ásia e Europa na História da Globalização
Asia and Europe in the History of Globalisation

Ficha Técnica:

Autor: Ivo Carneiro de Sousa

Título: Ásia e Europa na História da Globalização
Asia and Europe in the History of Globalisation

Edição: Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático (CEPESA)

Composição e Grafismo: Barros Fotomecânica, Lda.
Tel. 22 370 30 88 - V. N. Gaia
E-mail: Barrosfotomecanica@mail.telepac.pt

ISBN: 972-9062-04-01

Depósito Legal: 218044/04

OUTUBRO 2004

Ásia e Europa
na História da Globalização

Este pequeno livro constitui um trabalho de sistematização crítica de obras e teorias que, praticamente ao longo do último meio século, foram tentando perceber e interpretar a história da formação e desenvolvimento de uma economia mundial, influenciando de forma definitiva a integração das relações internacionais e projectando-se nas oportunidades e opções que organizam as sociedades e economias de espaços nacionais[1]. Nos últimos anos, uma palavra agitada entre tema evidente e causalidade universal tende a sintetizar a mundialização da economia e a circulação geral de pessoas, capitais, bens e informações: a palavra *globalização* instalou-se para ficar no nosso quotidiano, comparecendo recorrentemente utilizada tanto pelos diferentes meios de comunicação como pelo discurso político, a análise social ou o frenético mundo da economia e das finanças. Despida nestes discursos de história, quase sem passado, a globalização transformou-se em ideia praticamente comum, sendo frequentada longe de qualquer rigor nocional e do enquadramento histórico capaz de concorrer para explicar a sua possível "genealogia" e o seu funcionamento no tempo e no espaço. Ao vulgarizar-se e ao perder qualificação conceitual, a noção de globalização alimenta as mais contraditórias causações, aqui desculpando uma conjuntura económica desfavorável, ali limitando incapacidades e incompetências de governos e burocracias, mais além justificando as principais modalidades que estruturam as relações políticas internacionais. Em termos estranhamente comuns, quase todos estes diferentes discursos tendem a tranformar a globalização em tema «evidente» que, sem convocar outras explicações, sublinha a sua novidade global quando, em muitos destes casos e comunicações, se revisitam vetustas formas de dominações e explorações entre territórios e sociedades colocadas em lugares hierarquicamente assimétricos

[1] Este livro procura desenvolver e especializar dois artigos publicados anteriormente: SOUSA, Ivo Carneiro de – *Colonialismo, Economia-Mundo e Globalização: trajectórias e debates historiográficos,* in «África Subsariana. Globalização e Contextos Locais». Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002; SOUSA, Ivo Carneiro de – *A Ásia e a Europa na formação da Economia-mundo e da globalização: trajectórias e debates historiográficos.* Macau, Revista de Cultura, 10 (2004).

de um mundo persistentemente atravessado tanto por desigualdades profundas quanto por oportunidades de desenvolvimento cuidadosamente estratificadas.

O tema mais do que a categoria de globalização parece ainda impor-se graças à popularidade normalizada pela redução discursiva da informação geral organizada por uma comunicação cada vez mais automática em que a sensação de pertença a um espaço-mundo intimamente «global», da notícia à estética, das ideias às imagens, fazem de cada um uma espécie de cidadão, entre espectador e consumidor, dessa propalada aldeia da comunicação global. Trata-se, porém, de uma situação perseguindo propositadamente ilusões e alienações simbólicas, privilegiando uma produção virtual que, exceptuando vários mercados especializados, não tem vindo a contribuir para alterar substancialmente as estruturas fundamentais que persistem em ordenar a divisão e distribuição social mundiais do trabalho e da circulação de bens. Para um camponês mambai das montanhas do centro de Timor ou para um vendedor ambulante de Manila, tanto como para um sem-terra brasileiro ou para os milhões de desempregados e pobres espalhados pela maioria do planeta "em desenvolvimento", a ilusão da globalização não se transforma em trabalho ou alimentação, podendo, por isso, arrolar-se uma demorada literatura científica crítica tratando de demonstrar os efeitos perversos da globalização económica na sorte destas populações afastadas dos centros «ocidentais» da economia e da política internacional. Isto apesar de, quase paradoxalmente, se descobrirem os principais movimentos anti-globalização nos espaços euro-americanos, sendo escassa a mobilização de populações, movimentos e partidos de África ou de Ásia nessas contestações que, com recorrente regularidade, nos transportam imagens de largas manifestações e alguma violência radical apontada contra uma noção de globalização que, nestes casos, deverá ter, pelo menos, alguma inteligibilidade crítica, conquanto nem sempre se perceba claramente a formidável constelação de «doenças» que se escondem por trás da noção contestada. Pelo contrário, são muito mais frequentes as declarações e mesmo mobilizações políticas de responsáveis, partidos e *fora* africanos e asiáticos que, como a ASEAN, procuram integrar o que designam por «movimento de globalização», organizando modalidades

de integração regional e multilateralização político-económica passíveis de assegurar vantagens nos diferentes processos de mundialização de economias, tratos e finanças.

A palavra globalização tornou-se, assim, cada vez mais co-extensiva com a representação social, económica e cultural que domina a imagem, quase o "design", das nossas sociedades ocidentais, esse "primeiro mundo" agora apresentado, muitas vezes sem qualquer fundamentação, como verdadeiramente pós-industrial. A globalização serve já para representar o "nosso" mundo, já para hierarquizar as nossas relações com os outros territoriais, sociais e culturais. Descrevemos a funda pobreza da África subsariana ou espaços e movimentos islâmicos apressadamente classificados como "fundamentalistas" a partir da representação da sociedade global em que julgamos viver, explicando a situação desses «outros» pelas suas dificuldades ou incapacidades para se desenvolverem no sentido da globalização, perseguindo as nossas próprias representações sociais e comportamentos culturais dominantes. A exportação de uma «cultura global» cruzando a democracia ou o estado-nação ocidentais, a economia de mercado, uma cultura urbana laicizada ou esse novo capitalismo da dádiva fixado em milhares de ONG e agências internacionais haveria de constituir a solução para o desenvolvimento económico e social da maioria pobre do globo que encontraria a felicidade num novo tipo de *imitatio* do «Ocidente», recordando uma plurimilenar tendência da história europeia para promover associadamente *pax et imperio* universais. A duplicidade da ideia de uma paz universal erguida a partir da prioridade da evolução das formas políticas europeias ocorre também nitidamente na construção da noção de globalização, revestida de uma dimensão que se quer também dialéctica, tanto epistémica como processual. Com efeito, convoca-se epistemologicamente a ideia de globalização para destacar o predomínio da ciência e da racionalidade ocidentais que, recobrindo o planeta, concorreriam para aplacar a doença, limitar a mortalidade e a natalidade, "libertar" a mulher ou, entre tantos outros apregoados benefícios, assegurar definitivamente o desenvolvimento que o «outro» não poderá jamais alcançar com as suas particularidades culturais tradicionais, perdidas entre irracionalidade e superstição. Ao mesmo tempo, a globalização é claramente o (um) resultado de um

longo processo histórico enformando os tempos, espaços e culturas em que nos movimentamos. Da mesma forma que não parece possível discutir a globalização fora do tempo e do espaço, também não parece possível entender a omnipresença da palavra exteriormente a um processo normativo de acreditação da «cultural ocidental» como a verdadeira racionalidade, sempre progressiva e benigna, definitivamente ancorada à modernidade. Se existe uma ampla investigação científica que foi criticando este optimismo iluminista incrustado nas ideias de progresso e razão ocidentais, desafiado da ecologia aos movimentos de "novas minorias", são infelizmente escassos os estudos sérios que procuram fazer a história da globalização, escrutinando o(s) processo(s) responsável por tornar a ideia em palavra focal do nosso mundo mediático e virtual actual.

A pergunta que, naturalmente, importa cientificamente colocar radica em saber se a investigação histórica especializada poderá esclarecer referenciar a noção de globalização um qualquer fenómeno absolutamente novo, gerando, por isso, uma categoria analítica igualmente renovadora. Importa mesmo instalar nos meios científicos da história e das ciências sociais um debate mais organizado tratando primeiramente de esclarecer se, em rigor, a globalização é um fenómeno real ou um «mito», quer dizer, se a categoria nocional serve para compreender os processos económicos, sociais e culturais que orientam as relações globais actuais ou se o conceito alinha mais com estratégias políticas e ideológicas especializadas recentemente com o fim da Guerra Fria. Repare-se que, nos últimos anos, alguma investigações sérias tentando segmentar os diversos elementos que se somam, nem sempre criteriosamente, para totalizar a noção de globalização, estudam fenómenos que já foram activos noutros momentos e espaços históricos. Ao mesmo tempo, quando se pesquisa com profundidade algumas realizações que se agitam como paradigmas de globalização, nomeadamente o desenvolvimento do comércio livre mundial e a disseminação das corporações multinacionais, descobrem-se dinâmicas muito menos difundidas e enraízadas do que se publicita. Alguns autores

preferem, por isso, alternativamente, frequentar uma noção de *internacionalização* que, englobando o papel ainda extremamente actuante dos Estados nacionais, deveria substituir a ilusão de uma globalização eliminando totalmente as fronteiras, poderes e instituições nacionais[2]. Acresce ainda que, historicamente, é possível recensear vários processos de internacionalização que nunca se transformaram em qualquer tipo de globalização, sendo de admitir que esta transformação possivelmente também não se concretizará nas próximas décadas com a rapidez agitada em muitos meios políticos.

As diferentes definições de globalização que se visitam entre economia e política, ensaísmo e algum esforço de pesquisa das ciências sociais sublinham sentidos muito longe de serem consensuais. Assim, uma categorização comum visita a noção de globalização fundamentalmente enquanto integração mundial das economias num conjunto sistémico geral. Para esta perspectiva, a globalização seria um movimento de integração económica historicamente recente, prefigurando-se na viragem do século XIX para o século XX, quando a interdependência entre os impérios europeus e as suas colónias se tornou incontornável para a própria sobrevivência das suas estruturas económicas diferenciadas, como ocorreu entre o império britânico e essas colónias de extracção de matérias-primas e bens alimentares que eram a Austrália, a Nova-Zelândia e o Canadá[3]. Por isso, seguindo esta dimensão contemporânea, em muitos manuais de história universal, sobretudo nos espaços de expressão anglo-saxónicos, Estados Unidos da América incluídos, a globalização passou a invadir os seus últimos capítulos de «história mundial», sumariando relações económicas e políticas presentes que assentariam principalmente na inseparável dialéctica da dupla expansão da economia de mercado e das instituições democráticas[4].

---

[2] ROSENBERG, Justin – *The Follies of Globalisation Theory.* London: Verso, 2001.
[3] KENWOOD, A.G. & LOUGHEED, A.L. – *The Growth of the International Economy.* New York: Routledge, 1999[4].
[4] HELD, D. – *Democracy and the Global Order.* Stanford, CA: Stanford University Press, 1995.

Nesta perspectiva muito frequentada por politicos e economistas, a noção de globalização teria uma dimensão duplamente «técnica» e «política», sendo domínio privilegiado pela investigação da economia e da economia política, concretizando-se na investigação aplicada ao serviço do desenvolvimento do comércio entre nações baseado em instituições também globais autorizando indivíduos e empresas em diferentes territórios políticos a trocarem investimentos, capitais e bens com o mínimo de constrangimentos.

Trata-se de um entendimento que, historicamente, se coliga com cumplicidade ao termo «liberalização», combinando a progressiva difusão das teorias da liberdade económica – o velho «laissez-faire» – com a continuada remoção das barreiras aos movimentos económicos e financeiros. Especialização que obrigaria a vazar a génese da globalização actual na liberalização ocidental do século XIX, uma espécie de «primeira era da globalização» assegurando nomeadamente essa *Pax Britannica* somando à industrialização a expansão da circulação mundial de capitais erguida sobre a exploração das matérias-primas coloniais. Esta perspectiva curta do processo da globalização esclareceria, em seguida, um segundo andamento ou «era da globalização» após os dois conflitos mundiais, organizando-se em torno de um pensamento económico dominante «neo-liberal», argumentando que numa mundialização pautada por taxas, juros e câmbios flutuantes seria contrapuducente para as políticas económicas nacionais convocar regulações proteccionistas para abrigar os seus mercados nacionais, concluindo-se ser impossível manter total autonomia económica e uma política monetária estritamente nacional[5]. A globalização passaria agora a ser o processo através do qual se geravam as instituições e acordos globais capazes de remover as restrições à liberdade de comércio, concretizando-se com as reuniões do Uruguai que criaram a Organização Internacional do Comércio (WTO) para mediar as disputas de interesses comerciais, alargando-se depois através de várias resoluções do Tratado de Maastrich e com o acordo norte-americano de liberdade comercial. Para esta perspectiva dominante nos campos da política e relações internacionais actuais a globalização tenderia a dinamizar e facilitar os movimentos económicos e financeiros mundiais, desenvolvendo investimentos, empresas transnacionais, tecnologias, sistemas legais, infra-estruturas e instituições globais. Estas realizações permitiriam finalmente escorar com segurança uma colecção significativa de movimentos comerciais e financeiros: o incremento do comércio internacional com taxas de lucros superiores às do crescimento económico mundial; a expansão dos movimentos de capital, incluindo a ampliação dos investimentos estrangeiros directos mesmo em espaços periféricos; a mundialização da informação, mobilizando a Internet, a comunicação telefónica e por satélite para acelerar também movimentos e oportunidades económicos; o desenvolvimento das indústrias culturais e do turismo, como se verifica, entre tantos exemplos, com a formidável exportação da produção cinematográfica de Hollywood e Bollywood; o desenvolvimento dos sistemas financeiros globais, do controlo das multinacionais e dos «cluster» de competências obrigando a mobilizar mais organizações internacionais, novas formas de protecção legal das produções e comércios, estendendo-se dos direitos às patentes. Estas características validariam definitivamente os argumentos económicos suportando a globalização, actualmente teorizados em torno de temas como as «vantagens comparativas» defendendo que o princípio do comércio livre mundial permite localizar e rentabilizar com mais eficiência os recursos com reflexos positivos tanto no crescimento económico como no desenvolvimento social através da multiplicação das oportunidades de investimento, criação de empregos e qualificação de pesssoas, equipamentos tecnológicos e infra-estruturas sociais. Apesar destas discutíveis vantagens é possível hoje, como se sabe, convocar também constrastivamente uma imensa literatura, movimentações e intervenções políticas muitas contestando a benignidade desta axiologia económica da globalização permitindo sublinhar uma constelação outra de prejuízos e dificuldades: a mundialização progressiva de terrorismos e de muitas formas de criminalidade internacionais; o crescimento exponencial da emigração clandestina; o aprofundamento da pobreza e do desemprego nas «periferias» do Norte industrializado; a

[5] EICHENGREEN, Barry – *Globalizing Capital: A History of the International Monetary System.* Princeton: Princeton University Press, 1996.

continuada erosão das soberanias nacionais; uma ideia cada vez mais uniformizante de multiculturalismo global concorrendo para diminuir a diversidade cultural, multiplicando-se o desaparecimento de línguas, dialectos e culturas «tradicionais». Seja como for, já nas perspectivas que exornam as vantagens da globalização já na expansão do criticismo anti-globalização domina uma categorização da evidência incontornável da noção, agregando-se até diferentes processos e problemas que, historicamente, remetem para estratégias absolutamente diversas de sociedades, culturas e formações políticas. Existe pouca investigação, afinal, da globalização enquanto processo histórico, impondo-se as mais ambíguas simplificações contraditórias, como essa que prega um mundo cada vez mais interconexo e internacional, limitando soberanias, ao mesmo tempo que se multiplicam os movimentos e reivindicações nacionalistas responsáveis mesmo por redesenhar o mapa político da Europa do presente.

Outras definições da noção de globalização têm procurado alargar o estudo da formação dos seus elementos dinâmicos, destacando um processo longo de cruzamento e circulação mundiais de populações, bens, serviços, capitais, informação e culturas. Vários autores, obras e alguns (poucos) historiadores partilhando esta perspectiva de longa duração tentam abordar a globalização como um processo histórico que foi dinamizando no tempo e no espaço movimentos de populações, economias e culturas gerando influências e adaptações progressivamente generalizadas nas comunicações e estruturas das sociedades actuais. Deste modo, a história da globalização nunca poderia ser uma nova modalidade de narrar a velha história do apogeu do Ocidente, antes obrigaria a reconstruir as diferentes contribuições da China, da Índia, do Sudeste Asiático, da África tanto como do mundo islâmico, da Europa e da América na dinamização de relações de conjunto que, cumulativamente globais, não se poderiam apenas datar do século XIX ou, três centíruias antes, da decisiva «era dos Descobrimentos», mas teriam antecendentes bem mais longínquos. A investigação desta funda genealogia passa pelo estudo da circulação, difusão e adaptação sociais, económicas e culturais dos mais diferentes objectos e instrumentos, não somente capitais, tratos e produções industriais. Rememorem-se os estudos qualificados que têm vindo a

ser dirigidos nos últimos anos para a história da mundialização das doenças no contexto dos mais diferentes colonialismos[6]; os trabalhos em torno da expansão de alimentos que, como a batata, o café, o tomate, o chá ou a malagueta, verdadeiramente viajaram o mundo para se instalarem quotidianamente na maior parte das dietas contemporâneas; recordem-se ainda as muitas investigações que foram inventariando a circulação e difusão de ideias, ciências e tecnologias, sublinhando relações de inter-conexidade em que se afigura totalmente estéril procurar a predominância de qualquer centrismo, sobretudo europeu. A este propósito seria quase suficiente lembrar paradigmaticamente que a história desse número que se tornou axial na nossa utensilagem de observação, cálculo e mensuração do real, o zero, mergulha as suas «origens» nessa palavra sâncrita, *shunya*, significando nada, difundindo-se com a expansão para ocidente da numeração hindu-arábica[7]. Um caso que se poderia multiplicar por muitos outros exemplos de circulação de ideias e objectos, tanto como de comportamentos e símbolos culturais, espalhando-se em termos globais, agora mais aceleradamente graças às diferentes «revoluções» da informação automática.

A noção de globalização é, assim, frequentada com diferentes significados politicos e económicos, escoltando diversos grupos, estratégias e movimentos com entendimentos e posições muitas vezes antagónicos na avaliação do mundo global presente. No entanto, pese embora estas divergências política e ideologicamente profundas, as ciências sociais e, sobretudo, a investigação histórica devem procurar reconstruir todos os segmentos e sentidos do processo de globalização. Dominada no mundo ocidental pelo prestígio nunca mitigado das histórias nacionais, especializada nas últimas décadas em vários domínios, modas e muitas micro-histórias, a historiografia contribui hoje ainda fragmentariamente para ajudar a perceber o paradoxo de uma globalização que tornou a informação quase imediata enquanto

[6] DAVIS, Mike – *Génocides tropicaux. Catastrophes naturelles et famines coloniales aux origines du sous-développement.* Paris: La Découverte, 2003.

[7] MANKIEWICZ, Richard – *The Story of Mathematics.* London: Cassel & Co., 2000, pp. 40-50.

a pobreza, a doença ou suddesenvolvimento permanecem inscritos na longa duração, destacando o peso das realidades locais mesmo quando se multiplicam e justapõem em imagens que organizam, pelo paradoxo e contradição, a "missão" global da cultura ocidental no nosso planeta. A historiografia europeia nunca foi o espaço de conhecimento privilegiado para estudar exteriormente a interpretações etnocêntricas e projectos «civilizadores» quer os mundos não-europeus quer, sobretudo, as contradições geradas por um processo histórico globalmente entendido como linear e progressivo. Um persistente paradigma de espelho, tratando de ver em sociedades e populações diversas um homogéneo «outro» enquanto reflexo da nossa própria exportação de políticas, economias e culturas, embaraça a contribuição da(s) historiografia(s) para um melhor reconhecimento das diferentes composições que impuseram actualmente uma narrativa falada e visual unívoca da ideia de globalização. Resta tentar voltar a visitar as grandes teorias historiográficas que tentaram estudar sociedades e economias mundiais na longa duração para, depois, confrontar essas teorias com novas propostas de periodização da história das difentes relações que fundaram a ilusão, para muitos a esperança, de um mundo mais global.

A Herança de Fernand Braudel

As diferentes tradições e "escolas" historiográficas procuraram sempre produzir histórias universais, uma espécie de paixão que se aprofunda nos meios cultivados europeus ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX com os grandes trabalhos, entre outros, de G. Weber, Oswald Spengler ou Arnold Toynbee. No entanto, a compreensão de que a história organizava diferentes unidades do espaço mundial – e não *uma* história universal – em tempos longos, reunindo essas unidades em conexões gerais, estratificando relações económicas *globais* tanto como sociedades, políticas e culturas é uma noção muito mais recente. Um dos historiadores que mais contribuiu para firmar uma investigação dos grandes espaços sociais na longa duração, perspectivando as suas conexões e periodizações à escala do globo, foi indiscutivelmente Fernand Braudel (1902-1985).

Fruto de vinte anos de trabalho, totalmente reescrito vinte anos mais tarde para contemplar novos problemas e pesquisas, o monumento historiográfico que marca uma ruptura metodológica definitiva com as escalas e metódicas da história tradicional "positivista" é o sempre fascinante *La Mediterranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*[8]. O livro navega uma perspectiva central sublinhando as relações entre história e geografia, as conexões do espaço e do tempo que se estruturam em ritmos longos, sobrepujando o tempo curto da política e da guerra para poder compreender as dinâmicas mais lentas de longa duração, orientando tanto os tempos da economia, como os dos Estados, das sociedades e das civilizações. Procurando investigar escalas ainda mais demoradas, a obra-prima braudeliana trata de penetrar o tempo quase imóvel dos insistentes retornos e permanências de ciclos incessantemente recomeçados, de que a adaptação ao meio marca o primeiro e mais significativo constrangimento. Estes equilíbrios instáveis mas duráveis entre os homens, o clima, o solo, a terra e o mar, os animais e as plantas fixam as possibilidades e limites de uma civilização[9]. Entre a generosa colecção de novas perspectivas e categorias para «fazer» uma história *global*, o trabalho pioneiro de Fernand Braudel é responsável por escorar metodologicamente uma organização da história em três configurações fundamentais – o *tempo geográfico*, o *tempo social* e o *tempo individual*. Esta tripartição do tempo histórico passaria a orientar sistematicamente as principais investigações braudelianas, incluindo de forma decisiva os estudos maiores que visitam as relações entre *civilização material, economia e capitalismo*[10] à escala do mundo.

---

[8] BRAUDEL, Fernand – *La Mediterranée et le Monde Mediterránee à l'époque de Philippe II*. Paris : A. Colin, 1966. A primeira impressão da obra data de 1949, mas é preferível seguir esta segunda edição que alarga a versão original nos domínios da investigação dos Estados, das civilizações e da demografia, tratando também mais demoradamente essa outra parte do mundo mediterrânico que foi o Império Otomano.

[9] AYMARD, Maurice – *Fernand Braudel*, in LE GOFF, CHARTIER, Roger & REVEL, Jacques (dir.), *La Nouvelle Histoire*. Paris : CEPL, 1978, p. 84.

Neste enorme esforço intelectual de construção de uma história global, planetária quanto ao espaço, mas limitada cronologicamente a um período moderno estendendo-se de finais do século XV a finais do século XVIII, Braudel começa por estudar os alicerces formados pela vida material, destacando rotinas, heranças tradicionais e realizações antigas. Investiga-se, a seguir, a vida económica que, enformando um estádio superior do devir quotidiano, impõe um conjunto de regras e de necessidades quase natural. O tríptico fecha-se, por fim, estudando o capitalismo, entendido espacialmente como uma espécie de grande Mediterrâneo mais recente, um centro englobando através de uma rede de conexões, ao mesmo tempo, frágeis e necessárias, os espaços vizinhos dos desertos tropicais, da Europa e do Atlântico recentemente conquistado para se espalhar com a industrialização por todo o globo. Sumariando com mais atenção os principais problemas discutidos nesta obra maior, no volume dedicado à investigação da vida material[11] persegue-se uma história silenciosa à "escala do mundo", pesquisando as desigualdades impostas pelo desenvolvimento e os constrangimentos que definem os limites das civilizações[12]. As opções alimentares, os vestuários, o *habitat* ou os meios de transporte realizam bens culturais frágeis, adquiridos com dificuldades, mantidos pela repetição dos mesmos gestos mal permitindo a inovação. Somente a dialéctica do luxo e do aparato, privilégios dos ricos reivindicados e sonhados pelos menos favorecidos rompe esta monotonia de longa duração, assegurando o avanço lentamente acumulado da Europa sobre o resto do mundo.

Esta ideia normativa entendendo o mundo europeu enquanto verdadeiro motor do capitalismo e da economia mundial aprofunda-

[10] BRAUDEL, Fernand – *Civilisation matérielle et Capitalisme (Xve-XVIIe siècle)*. Paris : A. Colin, III vols., 1967-1979 (tradução portuguesa Lisboa: Teorema, 1992-1993).
[11] BRAUDEL, Fernand – *Civilização material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII). As Estruturas do Quotidiano.* Lisboa: Teorema, 1992.
[12] A noção de civilização tão fundamental na obra braudeliana entende-se melhor já em termos epistémicos já mesmo em termos pedagógicos em BRAUDEL, Fernand – *Gramática das Civilizações.* Lisboa: Teorema, 1989 (original francês Paris: 1963).

se no segundo volume dedicado aos "jogos das trocas"[13]. Acima do rés-do-chão da vida material situam-se os andares superiores da vida económica e, ainda mais acima, a dinâmica capitalista. A economia começa no limiar do *valor da troca,* especializando uma continuada reunião de verdadeiros sistemas de trocas, dos intercâmbios mais elementares de vizinhança ao capitalismo mais sofisticado à escala global. Através da investigação das regularidades e mecanismos da estrutura das trocas no tempo longo e em unidades espaciais coerentes, Braudel tenta aproximar-se de uma história económica "geral" ou mesmo de uma *tipologia*, um *modelo*, uma espécie de *gramática* capaz de funcionar historicamente como o ponto de encontro nodal do económico, do social, do político e do económico. Metodologicamente, descobre-se uma investigação comparada que, através do tempo e do espaço, liga a história às outras ciências do homem, entre modelo (do passado) e observação (do presente). Este *tipo* ou *modelo* encontra-se precisamente na noção dinâmica de capitalismo que, numa perspectiva de longa duração, concretiza uma ordem milenar, global, mas que se centra progressivamente, entre os séculos XV e XVIII, na Europa para, a partir dela, triunfar globalmente:

> Tal como a Europa, o resto do mundo é há séculos trabalhado pelas necessidades de produzir, pelas obrigações da troca, as precipitações da moeda. Será absurdo procurar, no meio destas combinações, sinais que anunciem ou realizem um certo capitalismo? Gostaria de dizer, como Deleuze e Guattari, que, de certo modo, o capitalismo assombrou todas as formas de sociedade, pelo menos o capitalismo tal como o concebo. Mas, reconheçamo-lo sem rodeios, a construção triunfa na Europa, esboça-se no Japão, falha (as excepções confirmam a regra) em quase todos os outros sítios – melhor seria dizer que não se consuma.[14]

[13] BRAUDEL, Fernand – *Civilização material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII). Os Jogos das Trocas.* Lisboa: Teorema, 1992.
[14] BRAUDEL, *op. cit.*, p. 519.

Investigando, a partir daqui, esta assimetria entre o "sucesso" europeu e as diferentes incapacidades dos mundos não-europeus, Fernand Braudel sublinha que, no caso da China, o obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo reside no Estado, na coesão da sua burocracia, na muito longa duração de um sistema de estado centralizador e moralizador. Seguindo os rigores de uma moral confuciana instrumentalizando cultura, ideologia e religião, o próprio Estado, englobando os mandarins de todos os escalões, encontra-se colocado ao serviço de um entendimento burocrático do bem comum[15]. Com efeito, o Estado do grande império do meio procura controlar tudo, das cheias à produção agrícola, da administração das cidades às ameaças externas, passando mesmo por um comércio interno e externo sempre estritamente vigiado. Um sistema em que a acumulação só é permitida ao Estado e ao aparelho de Estado, exemplificando a distinção entre a "simples" economia e a "complexidade" do capitalismo. A China exibe, de facto, entre os séculos XV e XVIII uma sólida economia de mercado em agitados espaços locais, difundida entre grupos fervilhantes de artesãos e milhares de mercadores itinerantes, multiplicando-se em míriades de lojas e feiras. Na base da sociedade imperial distinguem-se estas trocas animadas, mas nos níveis económicos, sociais e políticos superiores impõe-se a omnipresença do aparelho de Estado e a sua hostilidade em relação a qualquer indivíduo que, simplesmente, enriqueça. Em rigor, apenas se pode falar de capitalismo em grupos muito bem definidos, caucionados e estritamente vigiados pelo Estado. Quando muito, pode com algum esforço reconhecer-se no tempo dos Ming (1368-1644) uma certa burguesia e uma espécie de capitalismo colonial que se perpetuou até hoje, sobretudo nos emigrantes chineses do Sudeste Asiático.

[15] Apesar de não utilizar literalmente as suas teorias e categorias, este debate acerca da economia e sociedade chinesas mostra-se bastante devedor da obra de WEBER, Max – *Confucianisme et taoïsme*. Paris: Ed. Gallimard, 2000. Trata-se, como se sabe, de textos publicados por Weber a partir de 1915 sob o título geral de *Ética económica das religiões mundiais*, estudos que viriam também a discutir o budismo, o hinduísmo e judaísmo antigo.

No Japão, em contraste, um futuro capitalista começa a desenhar-se na época Ashikaga (1368-1573) com o aparecimento de forças económicas e sociais independentes do Estado, estendendo-se das corporações às cidades e do comércio longínquo às associações de mercadores. Instalam-se mercados livres, cidades livres, sendo a primeira, em 1573, o porto de Sakai. Poderosas corporações alargam as suas redes e monopólios, enquanto as sociedades comerciais, reconhecidas oficialmente em 1721, assumem por vezes um carácter de companhias comerciais *análogas às do Ocidente*.[16] Estabelecem-se ainda firmemente dinastias de mercadores que se prolongam por séculos. Se é certo que os entraves e as restrições impostas ao comércio externo entre 1638 e 1868 retardaram a expansão económica, o Japão soube seguidamente compensar muito rapidamente o seu atraso, partindo para um recente surto industrial imitado do Ocidente mobilizando essa base histórica de um capitalismo mercantil antigo que tinha sabido construir paciente e isoladamente.

Já em terras muçulmanas, a imagem que domina é a de uma sociedade contida, de vez em quando abalada pelo Estado, mas para sempre separada da terra que a alimenta. Em toda a parte o espectáculo é o mesmo: na Pérsia, os *khans* são senhores a título vitalício, como na Índia do Grão-Mogol, ao tempo do seu esplendor. Em Deli, na verdade, não há "grandes famílias" que se perpetuem. A única classe de famílias dominantes que a Índia conhecia era a dos mercadores, fabricantes e banqueiros que, tradicionalmente, de pai para filho, dirigiam tanto a administração como as cidades de negócios, fossem os grandes portos ou uma vigorosa cidade do têxtil como Anmedabad. Uma classe que se defende melhor e mais duravelmente com o que melhor conhece: o dinheiro que corrompe o invasor ao deixar-se corromper por ele. É possível perseguir tratos e intercâmbios nestes mundos, aqui e acolá encontrar capitais e indústrias artesanais poderosas, mas tanto os Estados centralizados como, principalmente, as estrati-

[16] BRAUDEL, *op. cit.*, p. 527.

ficações sociais segmentadas e militarizadas limitam as possibilidades de dinamização de uma acção tipicamente capitalista.

Pode, assim, concluir-se que a dinâmica do capitalismo constitui um processo de conexões sucessivas em que se podem vislumbrar três condições necessárias. (i) A existência com continuidade de uma economia de mercado vigorosa e em vias de progresso impõe uma primeira condição *sine qua non* que, podendo encontrar-se à escala mundial entre os séculos XV e XVIII, não é suficiente para a formação de um processo capitalista. A China é, para Braudel, o exemplo paradigmático de como uma superestrutura capitalista não se consegue instalar apenas a partir de uma economia animada. (ii) Torna-se, por isso, segunda condição indispensável contar com a cumplicidade de uma sociedade capaz de preparar a acção capitalista a séculos de distância, nomeadamente favorecendo a longevidade das linhagens sócio-económicas e essa acumulação contínua dos grupos sociais superiores sem a qual nenhuma dinâmica do capitalismo é possível. (iii) Acresce, por fim, que nada seria verdadeiramente possível sem a acção especial e quase libertadora do mercado mundial através da formação das modernas economias-mundo.

É precisamente este *tempo do mundo*[17] que mobiliza a derradeira investigação de Fernand Braudel neste tríptico definitivamente dedicado à história da formação e desenvolvimento do capitalismo mundial, entre os séculos XV e XVIII. Cura-se, precisemo-lo, de uma história do mundo, global, a partir da economia e, ainda mais especializadamente, da noção fundamental de economia-mundo: um bocado do planeta economicamente autónomo com capacidade económica de, no essencial, se bastar a si próprio, potenciando ligações e trocas internas que lhe conferem uma certa unidade orgânica.[18] O estudo braudeliano clássico sobre o Mediterrâneo ofereceria precisamente um exemplo de economia-mundo, de um espaço política, cultural e socialmente

[17] BRAUDEL, Fernand – *Civilização material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII). O Tempo do Mundo.* Lisboa: Teorema, 1993.
[18] BRAUDEL, *op. cit.*, p. 12.

dividido, mas expressando uma certa unidade económica que, historicamente, se foi construindo a partir de cima, potenciado nos finais da Idade Média pelo dinamismo económico das cidades dominantes do Norte de Itália, Veneza, Milão, Génova, Florença. Esta economia de conjunto não totalizava, porém, a vida económica geral do mar Mediterrâneo e das suas regiões adjacentes, enformando antes a sua camada superior cuja acção influenciava todo este espaço mediterrânico. A economia-mundo é uma dinâmica, uma colecção de actividades que transcende impérios políticos e mesmo os limites civilizacionais, abarcando as fronteiras políticas e culturais que fragmentam e diferenciam um universo "civilizacional" concreto como o mediterrânico. A partir de um caso exemplar – o Mediterrâneo do século XVI – seria possível perceber que uma economia-mundo é uma soma de espaços individualizados, económicos e não-económicos, agrupados num amplo espaço coerente em determinada época e área do globo, sobrepujando os limites dos outros grupos maciços da história.[19]

Sempre existiram economias-mundo ao longo da história, o que permite através da comparação sublinhar algumas das suas características tendenciais no tempo e no espaço. Uma economia-mundo implica necessariamente limites espaciais, um *centro* em benefício de uma cidade e de um *capitalismo* já dominante no interior de um espaço hierarquizado que soma economias particulares, umas mais pobres, outras modestas, a uma única relativamente rica no seu *centro*. A economia-mundo não representa, contudo, a única *ordem* a governar a totalidade do social, determinando com exclusividade as outras ordens da sociedade. Antes mistura o espaço que domestica com outras entidades culturais, sociais e políticas, gerando uma *globalidade*, uma sociedade por excelência, o *conjunto dos conjuntos*. Chegados à modernidade, o primado do económico vai-se tornando mais constrangente, orientando, perturbando e influenciando as outras ordens, exacerbando desigualdades, encerrando na indigência ou na opulên-

[19] BRAUDEL, *op. cit.*, p. 14.

cia os co-participantes na economia-mundo para lhes determinar um papel social de longa duração.

Esclarecido o conceito axial de economia-mundo, este derradeiro volume do tríptico braudeliano traça a periodização da história da economia-mundo europeia. A abrir, uma primeira economia-mundo à escala da Europa organiza-se entre os séculos XI e XIII, esboçando uma constelação renovadora de primazias urbanas que engloba vastos espaços de circulação cujas dimensões sociais, instrumentos económicos e lucros comerciais alimentam os espaços urbanos tanto do sul mediterrânico, centrado nas cidades italianas, como desse Norte europeu que foi inventando os Países Baixos ou o surto da Hansa. Esta primeira economia-mundo influenciando a circulação e os espaços económicas de toda a Europa acaba por se centrar no final do século XIV nas cidades comerciais italianas, com Veneza firmemente no *centro* do sistema, modelando um império que, apesar de modesto em extensão, domina estratégicamente as rotas comerciais dos tratos do Levante. A seguir, com a expansão ibérica estrutura-se uma segunda economia-mundo europeia centrada não em Lisboa ou em Sevilha, como seria de esperar, mas nessa Antuérpia muito mais perto desses 90% de consumidores da pimenta e outros produtos asiáticos situados no norte da Europa. Um papel focal que depende mais das oportunidades externas especializando-se, entre 1501 e 1521, sob o signo de Portugal e das especiarias do Índico; entre 1535 e 1557, beneficiando dos fluxos maciços da prata americana carregada pela expansão espanhola; e, entre 1559 e 1568, perseguindo um desenvolvimento industrial que comparece como sorte de último recurso para manter uma supremacia em declínio na economia-mundo europeia. Se este século curto de Antuérpia segue a dimensão tradicionalmente consagrada no tema do *século dos Fugger*, os setenta anos seguintes, alargando-se de 1557 a 1627, são um século dos genoveses que, quase discretamente, mobilizam os seus mercadores-banqueiros para arbitrarem os créditos e pagamentos europeus. Cidade *capitalista* por excelência, mudando muitas vezes de rumo comercial, Gênova encontra uma vocação central e uma dinâmica claramente capitalista na acumulação dos empréstimos que sustentam a grande política de Carlos V, substituindo, desde 1557, os banqueiros da Alta Alemanha. A cidade italiana tende a centrar a economia-mundo da Europa ao conseguir sustentar a passagem da mercadoria para a finança, ganhando juros, juros de juros, usuras somadas aos truques dos câmbios e recâmbios que se espalham agora pelos espaços europeus e pelos seus prolongamentos ultramarinos. As galeras carregadas de caixas de reais e de lingotes de prata afluem a Génova desde 1570 e tornam-se instrumento de dominação económica, arbitrando a fortuna da Europa.

Nas primeiras décadas do século XVII, o centro da economia-mundo europeia muda-se para ficar em direcção ao Norte da Europa, encontrando em Amesterdão o derradeiro centro encerrando a era das cidades de estrutura e vocação imperialistas. Amesterdão com as suas companhias capitalistas, bancos, finanças e tratos longínquos esclarece no século XVII uma experiência que se situa entre duas fases sucessivas da hegemonia económica, a das cidades, primeiro, a que segue a dos Estados modernos e economias nacionais. O Norte adquire vantagem sobre o Sul a título definitivo: comercialização rural avançada, riqueza agrícola e uma economia urbana de "alta voltagem"[20] entretece redes de cidades, partilhando organizadamente tarefas, constituindo uma pirâmide de espaços e realizações económicas tendo no seu vértice uma cidade dominante. *Armazém geral do Universo*, como gostavam de proclamar os capitalistas da V.O.C., a grandeza de Amesterdão não radica apenas no comércio internacional das suas Companhias e das suas poderosas frotas, já que a rede económica holandesa estende-se à Zelândia, à Frísia, Groningen e Utrecht. Falha, perde o domínio, quando as economias nacionais começam a impor-se e a ditar a ordem das relações comerciais distantes. É a economia nacional que cria Londres e esta construiu e orientou a Inglaterra. O papel central de Londres na economia-mundo europeia estava já perfeitamente consolidado, dos bancos às produções, das finanças aos comércios coloniais, quando arranca a revolução industrial na Inglaterra, entre 1750 ou 1760. Um processo complexo, estruturando vários níveis, cruzando uma dinâmica de crescimento generalizado a uma industrialização

[20] BRAUDEL, *op. cit.*, p. 149.

implicando toda a sociedade, a economia, as estruturas políticas, até mesmo a opinião pública e muitos outros sectores e agentes, da agricultura ao crescimento demográfico, das transformações técnicas à vitória do comércio longínquo, passando igualmente pela expansão dos transportes internos ou por vários ciclos de crescimentos conjunturais. De qualquer forma, é esta, ao mesmo tempo, a principal cesura e transformação que, para a investigação braudeliana, sustenta definitivamente, sem concorrências, o crescimento e o domínio económico mundial da Europa: o processo de industrialização.

Ideia quase historiograficamente comum que se procura comprovar com o interessante estudo comparativo das condições económicas do que Fernand Braudel designa por "resto do mundo". Um *resto* dividido em cinco grandes apartados: a grande Europa marginal do Leste, essa outra economia-mundo que foi a Moscovia e mesmo a Rússia moderna até Pedro, o Grande; a África Negra que, apressadamente, costuma dizer-se primitiva; a América que, lenta mas seguramente, se vai europeizando; o Islão, no declínio do seu esplendor; por fim, esse enorme Extremo-Oriente.[21] Descobre-se nestas áreas, segundo Braudel, uma não-Europa que, antes de finais do século XVIII, já não pode ser compreendida fora da sombra que nela projecta o Ocidente europeu, transformando todos os problemas do mundo do ponto de vista do eurocentrismo: a América é um triunfo quase completo da Europa; a África Negra um triunfo mais incipiente do que parece; o duplo caso, com contradições e semelhanças, do império Turco e da Rússia, sublinham sucessos em vias de lenta mas inexorável elaboração; no Extremo Oriente, das margens do mar Vermelho, da Abissínia e da África do Sul até à China, ao Japão e ao Sudeste Asiático, ilumina-se um sucesso mais brilhante do que real. Em todos estes espaços se reconhece normalmente a influência da Europa porque a perspectivamos de maneira privilegiada. Se a movimentarmos, por exemplo, para os mares e terras da Ásia, a Europa perder-se-ia, porque, no século XVIII, ainda não tinha adquirido o enorme poder industrial que anulou a desproporção. Mas é do mundo inteiro que a Europa tira força e, sem esta ajuda, teria a Revolução Industrial – a principal chave do seu destino – sido possível a partir de finais de Setecentos?

[21] BRAUDEL, *op. cit.*, p. 331. Não se percebem estas divisões, manejando noções continentais, religiosas e espaciais extremamente diferentes, não concretizando minimamente os critérios teóricos para a definição de uma economia-mundo anteriormente apresentados.

O Moderno Sistema Mundial de Immanuel Wallerstein

Uma resposta referencial à questão central colocada pela grande investigação do historiador francês frequenta-se no estudo de Immanuel Wallerstein, originalmente sociólogo e africanista, sobre o *moderno sistema mundial* que se começa a publicar em 1974[22], muito influenciando as perspectivas braudelianas sobre as relações entre cultura material, civilizações e capitalismo. Director precisamente do *Centro Fernand Braudel para o Estudo de Economias, Sistemas Históricos e Civilizações* da Universidade de Nova Iorque, o trabalho de Wallerstein procura reconstruir a história da sociedade capitalista actual privilegiando uma abordagem *globalizante,* expressando-se na interpretação de um sistema mundial que, em detrimento de outros sistemas menores, destaca uma análise integrada e interdisciplinar. Em termos mais concretos, a noção de *moderno sistema mundial* proposta por Wallerstein cruza o tempo e o espaço para caracterizar um demorado período formador estendendo-se entre 1450 e 1670 depois da "crise do sistema feudal". A Europa movimenta-se nestes horizontes cronológicos em direcção a uma economia mundial capitalista que procura estruturar um crescimento económico continuado assentan-

[22] WALLERSTEIN, Immanuel – *The Modern world-system. Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth centuyr.* New York: Academic Press, 1974. Utilizamos também a primeira edição espanhola *El moderno sistema mundial. La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI.* Madrid: Siglo XXI, 1979.

do, duplamente, na (a) especialização de diferentes modos de controlo do trabalho e (b) na criação de Estados modernos apoiados em novas instituições e tecnologias políticas e militares. Respondendo e ultrapassando, assim, os problemas demográficos, económicos e sociais da «crise feudal», começa a emergir sem retorno entre finais do século XV e princípios do século XVI

> o que poderíamos designar por economia-mundo europeia. Não era um império, mas no entanto era tão grande como um império e compartilhava com ele algumas características. Mas era algo diferente e novo. Era um tipo de sistema social que o mundo, na realidade, não havia conhecido anteriormente, constituindo o carácter distintivo do moderno sistema mundial. É uma entidade económica e não política, ao contrário dos impérios, das cidades-estado e dos estados-nações. De facto, compreende precisamente dentro dos seus limites – é difícil falar de fronteiras – impérios, cidades-estado e os emergentes "estado-nações". É um sistema "mundial", não por incluir a totalidade do mundo, mas porque é maior do que qualquer unidade política juridicamente definida. E é uma "economia-mundo" porque o vínculo básico entre as partes do sistema é económico, ainda que esteja reforçado, em certa medida, por vínculos culturais e, eventualmente, por realizações políticas e estruturas confederais.[23]

Para esta perspectiva ainda hoje muito seguida entre historiadores, mas também entre muitos economistas, trata-se de sublinhar, quase recordar reiteradamente, ter sido apenas neste período cronológico preciso que, pela primeira vez, *um* sistema económico espacialmente localizado se expandiu pela maior parte do mundo conhecido, estabelecendo comunicações ultrapassando os espaços e fronteiras nacionais para organizar quatro diferentes modalidades de organização e hierarquização de relações económicas universais: *centro*, *semi-periferia*, *periferia* e *zonas exteriores* relacionam definitivamente todas as partes do mundo já não apenas em termos políticos ou "imperiais", mas numa inteiramente nova *economia-mundo* à escala planetária.

Seguindo com mais pormenor a proposta de Immanuel Wallerstein, o *centro* desta economia-mundo geral englobava as regiões que mais beneficiavam com o nascimento de uma economia mundial capitalista, reunindo as áreas da Europa do Norte em que pontificavam a Inglaterra, a França e a Holanda: uma espécie de primeiro coração do pulsar do novo sistema mundial. Em termos políticos, os Estados construídos nesta parte "privilegiada" do mundo europeu exibiam governos fortemente centralizados, burocracias cada vez mais extensas e poderosos exércitos de mercenários. Situações autorizando as burguesias locais a perseguir o controlo do comércio internacional, extraindo lucros deste processo para benefício económico e social próprio. Na margem oposta desta nova relação sistémica mundial encontravam-se as regiões *periféricas*. Descobriam-se neste apartado áreas desprovidas de governos centrais estruturados ou mesmo controladas por outros Estados, exportando matérias-primas para o *centro*, territórios marcados, geralmente, por práticas coercivas de trabalho. Entre estas regiões opostas, mas com relações complementares de exploração económica, situavam-se as áreas que formavam as *semi-periferias*. Entre finais do século XV e finais do século XVII, a Espanha e Portugal, por exemplo, apresentavam-se precisamente como casos de *semi-periferias*, esclarecendo uma capacidade limitada e, inclusive, em declínio no acesso aos capitais internacionais e à produção de manufacturas de alta qualidade. Diferentemente do *centro*, estas zonas semi-periféricas ibéricas não conseguiram concretizar os seus projectos epocais de domínio do comércio internacional e, desta forma, beneficiar social e economicamente como as regiões centrais. Fora da hierarquia de relações e posições da nova *economia-mundo*, expressando dificuldades sérias na investigação do mundo e das economias históricas asiáticas, Wallerstein colocava espaços que possuíam o seu próprio sistema económico, permanecendo no tocante às comunicações económicas fundamentais

[23] WALLERSTEIN, *op. cit.*, p. 21.

exteriormente ao sistema económico mundial, como seriam os casos da Rússia e da China, enformando casos de regiões "externas".

A estratificação de relações económicas, afinal, (quase) "globais" ligava-se ainda no quadro teórico wallersteiniano a uma organizada periodização dos "estádios de crescimento" da economia-mundo. As duas primeiras fases de crescimento económico acompanhavam a disseminação de um sistema mundial entre 1450 e 1670. No momento em que o império Habsburgo se mostrou completamente incapaz de converter a economia-mundo emergente num império político mundial, quase todos os Estados europeus existentes tentaram reforçar as suas posições respectivas no novo sistema mundial. Para o conseguir, a maior parte dos Estados investiu na consolidação da sua organização política interna e no desenvolvimento de recursos sociais, cruzando sistematicamente cinco movimentos principais. (i) Um primeiro investimento apostava na *burocratização* indispensável para erguer soluções políticas fortes centradas num super-monarca enquanto poder supremo, polarização do que normalmente se designa como absolutismo. (ii) Um segundo movimento de *homogeneização* das populações locais passou em muitos Estados europeus, incluindo os do "centro", pela progressiva expulsão e/ou marginalização de minorias sociais e religiosas, destacando tanto o envolvimento uniforme estatal no novo sistema mundial como o apoio ao aparecimento de grupos capitalistas autóctones. Como é tristemente sabido, os judeus viram-se expulsos da Inglaterra, da França, da Espanha e de Portugal, enquanto muitos protestantes que dominavam os tratos comerciais com os espaços católicos se tornaram um alvo perseguido pela Igreja romana saída de Trento. A este propósito, Immanuel Wallerstein recorda acertadamente que a Igreja católica – a mais importante instituição transnacional epocal europeia – criticou demoradamente o desenvolvimento de uma *economia-mundo* capitalista entendendo-a como uma ameaça às antigas concepções morais que subsumiam a circulação da economia nas éticas da caridade e das obras de misericórdia. (iii) Uma terceira especialização investe sistematicamente na *militarização* das monarquias absolutas, somando ao processo de centralização e concentração de poderes a protecção indispensável contra as ameaças externas. (iv) Identifica-se também um evidente investimento político e legislativo

na construção *jurídica* da independência do poder monárquico – *absolutus* –, libertando o *príncipe* das leis feudais dominantes no passado. (v) Por fim, descobre-se ainda um movimento de *diversificação* das actividades económicas, tentando ampliar lucros e reforçar as posições das burguesias locais, vazado tanto no reforço do papel económico dos Estados, como na multiplicação de companhias mercantis.

À roda de 1640, os estados do Noroeste europeu aprofundaram as suas posições centrais, organizando o centro da *economia-mundo* emergente. A Espanha e a Itália do Norte são arrastadas para uma situação de semi-periferia, ao mesmo tempo que a Europa de Leste e a América Ibérica se tornavam áreas de periferia. O comércio de longa distância com a Ásia e as Américas multiplicou os rendimentos que, afluindo às regiões do centro da economia-mundo, poderiam oferecer facilmente lucros de 200 a 300% mesmo a uma pequena elite mercantil e, ainda muito mais, às novas companhias comerciais aliando accionistas privados e interesses estatais, como era o caso paradigmático da Companhia Holandesa das Índias Orientais, a célebre V.O.C. criada em 1602. Sucessivamente enriquecida, esta poderosa classe mercantil conseguiria acumular os capitais necessários para a industrialização dos espaços europeus do *centro* da economia-mundo.

A terceira e quarta fases do crescimento do sistema económico mundial, do século XVIII ao presente, viria a estruturar-se na conceptualização proposta por Wallerstein em torno do predomínio de um capitalismo industrial em detrimento de um capitalismo agrário. Uma renovada colecção de cinco factores associados permite explicar os sentidos destas fases contemporâneas de crescimento. (i) A começar, os Estados europeus dominando o centro da economia-mundo passam a participar activamente na exploração de novos mercados mundiais. (ii) Alguns outros sistemas económicos, como o do Oceano Índico, são absorvidos pela expansão do sistema mundial europeu. Ao mesmo tempo, com a independência dos países da América Latina, tanto estas regiões como outras zonas do interior do continente americano integram-se enquanto periferias na economia-mundo e, em seguida, a Ásia e a África entram igualmente ao longo do século XIX no sistema económico mundial como novos espaços de periferia. (iii) Este enorme recrutamento de pessoas, bens e matérias-primas do continente

asiático e africano multiplicou os excedentes disponíveis, admitindo novas regiões económicas que, como os Estados Unidos da América e a Alemanha, alargam o centro ocidental do sistema mundial. (iv) Durante esta fase, as regiões do centro mudam as suas estruturas económicas de acumulação de uma combinação de interesses agrícolas e industriais para preocupações puramente industriais. À volta de 1700, a Inglaterra liderava claramente a Europa como produtor industrial, mas também no domínio da produção agrícola. Chegados a 1900, apenas uns escassos 10% da população inglesa se encontrava mobilizada para actividades agrícolas. (v) A terminar, ainda nos começos do século XX, as transformações industriais obrigam as regiões do centro da economia-mundo a promover indústrias nos espaços de semi-periferia para puderem vender maquinaria a estas zonas, aliando à exploração económica de matérias-primas o poder industrial e tecnológico.

Em termos conclusivos, o modelo conceptual de Wallerstein centra-se na ideia de que a economia mundial capitalista constitui um sistema dinâmico que se modifica com o tempo, historicamente, apesar da sua centralidade marcadamente europeia a partir do século XVI. No entanto, pese embora estas transformações e especializações temporais, o *processo* de mundialização do capitalismo estrutura algumas realizações básicas, sendo a mais significativa o predomínio das regiões do noroeste europeu como o centro que mais continuadamente beneficiou da expansão de uma economia-mundo a partir do período moderno. Por isso, através dos lucros pingues do comércio internacional e através da troca de produtos manufacturados por matérias-primas da periferia e, por vezes, das semi-periferias, o centro enriquece-se progressivamente à custa das economias periféricas, prefigurando as grandes divisões económicas e sociais que distribuem riqueza e pobreza por espaços opostos do globo.

A Economia-Mundo tem 500 ou 5000 anos?

Entre o conjunto actualmente em rápida ampliação de revisões críticas proposta consagrada por Immanuel Wallerstein destaquem-se as investigações historiográficas do economista alemã Andre Gunder

Frank. Tentando re-escalonar a história dos sistemas mundiais e da formação de economias-mundo, visite-se a interessante e provocadora colecção de estudos intitulada *The World System: Five Hundred or Five Thousand Years.*[24] Em termos gerais, o argumento fundamental deste livro sublinha que, histórica e espacialmente, um contínuo sistema mundial tem estruturado relações globais desde há 5000 anos, e não apenas nos últimos quinhentos anos como tem sido normalmente argumentado pelos teóricos do tema da economia-mundo[25]. Acumulação de capital, comércio e crescimento existiam muito antes do período moderno europeu e fora do Ocidente. De facto, o (ou um) sistema mundial não nasceu em 1500, não ressaltou da Europa e não era, muito menos, distintamente capitalista. Pelo contrário, a investigação coordenada por Gunder Frank trata de acumular argumentos, pistas e dados comprovando as manifestações evidentes de um sistema mundial centrado entre a Índia e a China, tanto pré-moderno como pré-europeu, condicionando o apogeu e declínio de outros sub-sistemas económicos, comprovando que as dinâmicas causais se distribuíam a partir do sistema para as suas partes constituintes. Esta pesquisa globalizante procura também criticar definitivamente a interpretação materialista e ortodoxa marxista que, exagerando uma visão eurocêntrica do mundo, resume a história a uma colecção de estádios de evolução sócio-económica sucessivos. Criticando a noção marxiana da história enquanto séries de transições de um modo de produção para outro, Frank destaca a estruturação de uma economia mundial histórica ciclicamente organizada em torno das diferentes modalidades de pressão e exigência de um mercado mundial continuadamente competitivo.

---

[24] FRANK, Andre Gunder & Gills, B. K. (eds.) – *The World System: Five Hundred Years or Five Thousand?* London – New York: Routledge 1993. Veja-se também do mesmo autor um título anterior que prepara alguns dos debates que estamos a sumariar: *World Accumulation 1492-1789. On Capitalist Underdevelopment.* Bombay – New York: Oxford University Press, 1975.

[25] Esta tese discute-se também no trabalho importante de ABU-LUGHOD, Janet L. – *Before European Hegemony. The World System A.D. 1250-1350.* New York – Oxford: Oxford University Press, 1989.

Comércio e acumulação de capital baseada em tratos mundiais foram sempre parte integrante da economia global e a competição gerada pela pressão do jogo da procura e da oferta enforma a micro-fundação das mudanças político-económicas. Esta dimensão cíclica da história económica mundial obriga a rejeitar a posição unilateral defendendo uma ruptura qualitativa em 1492, com a chegada de Colombo às Antilhas e a subsequente geração de um sistema mundial orbitando o capitalismo europeu.

A crítica ao modelo wallersteiniano prolonga-se com mais veemência, mas também com maior coerência operatória, numa obra mais recente de Andre Gunder Frank, significativa e propositadamente intitulada *ReOrient*[26]. Trata-se de um trabalho de interpretação que se situa claramente no domínio do *global:* uma perspectiva histórica global é fundamental para se poder investigar mudanças macro-históricas mundiais, do apogeu e queda dos impérios territoriais à revolução industrial, do tema do declínio do "Oriente" ao desenvolvimento do "Ocidente", passando pelo estudo do colonialismo em África, na Índia ou nas Américas... O todo, o *global,* é sempre maior do que a soma das partes e estas apenas se podem perceber na sua relação com o *global.* Adoptar uma perspectiva globalizante não se mostra, porém, uma viragem epistémica fácil de concretizar, atendendo a que a esmagadora maioria da produção científica em ciências sociais e, sobretudo, em história, continua ancorada a uma verdadeira *ideologia eurocêntrica* largamente apresentada e frequentada enquanto ciência normativa universal. Por isso, na sequência de estudos anteriores, *ReOriente* sugere fixar o predomínio da Ásia – especialmente da China Ming e Qing, bem como da Índia Mughal – no coração de uma economia mundial interconexa entre 1400 a 1800, devendo perceber-se que, neste período, a Europa era somente um "jogador" marginal no conjunto da produção e comércio globais. A Europa permaneceria mesmo na retaguarda das relações económicas mundiais face à maior

[26] FRANK, Andre Gunder – *ReOrient: Global Economy in the Asian Age.* Berkeley: University of California Press, 1998.

produção e expansão asiáticas até finais do século XVIII, altura em que uma colecção de diferentes factores conjunturais, alargando-se da contracção económica global ao continuado acesso europeu à prata e ouro americanos, empurraram a economia europeia de base também colonial a ultrapassar o "Oriente" em capacidade industrial. No entanto, o autor sublinha que nada de extraordinário em termos internos, especificamente europeus – a Revolução Industrial, a emergência do Estado moderno ou a reorganização capitalista da economia europeia... – concorreu para firmar este apogeu, estribado antes em mutações cíclicas da economia global somadas a esse progressivo acesso e exploração europeus dos metais preciosos das Américas.

Existe, assim, um esforço geral de interpretação nesta original obra de Andre Gunder Frank visando verdadeiramente provincializar a Europa em sede de história da economia global. Recorda-se, a propósito, que a exacerbação do papel central do Ocidente na história mundial radica num sistema de conhecimento, o eurocentrismo, historicamente específico e com razões escorando configurações do poder e interesses materiais. Um pensamento eurocêntrico foi-se formando historicamente para atribuir ao Ocidente uma missão quase providencial do destino histórico baseada no contínuo avanço da ciência, da tecnologia, da racionalidade, do industrialismo, de instituições políticas, sociais e económicas modernas. Um pensamento que foi perspectivando a experiência europeia como universal, organizando o mundo a partir de um único ponto focal privilegiado que é a Europa. A partir daqui, o mundo é bipartido entre o "Ocidente" e o "Resto" (*"the West" and "the Rest",* funciona melhor no original inglês...), construindo-se um sistema de conhecimento oscilando em torno de hierarquias binárias em que a Europa invariavelmente ocupa a posição não apenas cimeira, mas também normativa e taxonomizante: nação ocidental *versus* "tribo"; religião ocidental *versus* "superstição"; capitalismo ocidental *versus* formas tradicionais de produção e subsistência; tecnologia ocidental *versus* artesanato; progresso ocidental *versus* estagnação ou atraso... Um esforço importante de *ReOrient* trata precisamente de visitar criticamente estes mitos eurocêntricos que, ao longo da segunda metade do século XIX, recebem uma consagração científica importante nas obras dos principais historiadores românti-

cos e positivistas, mas estendendo-se igualmente aos trabalhos fundadores das ciências sociais europeias de Karl Marx e Max Weber. Em rigor, não existe qualquer excepcionalismo europeu: nem o capitalismo descrito por Marx, nem a ética protestante ou a moderna burocracia discutidas por Weber, nem muito menos o sistema de estado "Westefaliano" destacado pela maior parte dos académicos actuais de relações internacionais permitem explicar o crescimento europeu pós-1800 e a configuração ocidental de um sistema moderno mundial.

Em termos gerais, a investigação de Andre Gunder Frank defende que o *globalismo* – e não o capitalismo – tem estado connosco desde sempre. Em consequência, as explicações habituais acerca do desenvolvimento e apogeu da Europa com as concomitantes alterações no sistema mundial deveriam ser refeitas radicalmente, sublinhando que as mudanças sistémicas globais com um centro dinâmico situado na Ásia no começo da época moderna contribuíram decisivamente para a evolução da economia e instituições europeias. Deste modo, este câmbio de posições entre o "Ocidente" e o "Oriente" teria sido meramente o resultado da última alteração continental na distribuição da "fortuna" oferecida pelo sistema mundial existente. Não é este o espaço adequado para discutir demorada e criticamente as teses importantes de Gunder Frank. Muito se poderia debater acerca de uma investigação séria e original, mas que permanece excessivamente marcada tanto pelo domínio social avassalador do económico, como também pela busca recorrente no domínio da história económica do motor que dirige histórica e espacialmente – seja por estádios ou ciclos – o desenvolvimento de sociedades e economias históricas. Se privilegiarmos uma abordagem local e territorial, longe das pressões comerciais, financeiras e económicas do global, poderíamos ficar espantados com as capacidades produtivas e culturais do local. Em muitas sociedades africanas actuais, por exemplo, continua a descobrir-se um mundo rural que funciona e se articula tradicionalmente através de formas de cultura económica que previnem qualquer desastre ou dificuldade conjunturais, especializando solidariedades horizontais que resistem às pressões externas de governos cleptocratas ou predão das grandes cidades ocidentalizadas. Isto serve para sublinhar que conveniente não substituir o eurocentrismo ainda hoje dominante da ciência economia

por quaisquer formas de asiocentrismo ou afrocentrismo, neste ltimo caso ligado a muitas modas europeias de invenção de negritudes e africanidades completamente estranhas às culturas consuetudinárias africanas. As comunicações, desenvolvimentos e vicissitudes que organizaram historicamente relações globais não se centram exclusivamente no interior da Europa, da Ásia ou da Árica, mas em pontos de conexão exteriores às regiões, criando essas espécies de nódulos de integração horizontal que se afiguram ajudar a explicar as coacções presentes ditadas pelo alargamento de um processo de globalização de muito longa duração.

A Grande Divergência: a China e a Europa face à Moderna Economia-Mundo

Os principais argumentos que criticam as noções de tempo e espaço vinculadas a uma perspectiva euro-historicista da história do mundo têm vindo a ser discutidos por vários historiadores, geógrafos, economistas e outros cientistas sociais. Mas são, sobretudo, os historiadores asiáticos[27] ou aqueles que, na última década, (re)estudam com novas perspectivas a história da Ásia alguns dos principais responsáveis pela acumulação de evidências factuais e de novas interpretações partilhando a re-orientação sugerida por Andre Gunder Frank. Entre estas investigações mais recentes, destaque-se o importante estudo de Kenneth Pomeranz sobre *a Grande Divergência – China, Europa e a construção da Moderna Economia Mundial.*[28] O objectivo fundamental deste estudo é o de promover uma análise comparativa e integrada numa perspectiva global, rediscutindo e avaliando criticamente a de-

[27] Entre tantos outros títulos mais recentes, vejam-se os trabalhos de CHAUDURI, K. N. – *Asia before Europe: economy and Civilization of the Indian Ocean from the Rise of Islam to 1750.* Cambridge: Cambridge University Press, 1990; WONG, R. Bin – *China Transformed. Historical Change and the Limits of European experience.* Ithaca: Cornell University Press, 1997.

[28] POMERANZ, Kenneth – *The Great Divergence. China, Europe, and the Making of the Modern World Economy.* Princeton-Oxford: Princeton University Press, 2000.

morada acumulação de estudos europeus que, desde finais do século XIX, tentaram explicar o que normalmente ainda se considera como o desenvolvimento económico *único* da Europa. A maior parte da literatura histórica e de outras ciências sociais trata o tema do crescimento económico moderno a partir de um enfoque centrado na Europa, explicando o seu desenvolvimento através do arranque de uma mecanização industrial de larga escala. Alguns autores e obras não deixam de convocar comparações com outras partes do mundo, mas estas digressões comparativistas são geralmente usadas para demonstrar que a "Europa" – ou, em alguns estudos, a Europa Ocidental, a Europa Protestante ou mesmo apenas a Inglaterra – possuíam no seu interior ingredientes domésticos cruciais para firmar o sucesso industrial. Outras explicações, menos seguidas actualmente pelos historiadores e manuais de história europeus, sublinharam a importância das relações entre a Europa e outras partes do mundo, em especial as várias formas de extracção e exploração coloniais. Interpretação seguindo na esteira do que Marx designava por *acumulação primitiva de capital* através da gigantesca exploração dos Ameríndios e dos escravos africanos, a que se somava essa outra exploração de muitos membros das classes "inferiores" europeias, esclarecendo um processo que o marxismo clássico pensava estar na génese de uma acumulação de capital em larga escala. Uma posição que se viria a tornar insustentável à medida que a investigação histórica especializada foi demonstrando a lenta, mas segura, acumulação de excedentes acima da linha de subsistência em muitas quintas, lojas, artesanatos, proto-indústrias e várias outras unidades económicas europeias ao longo do período moderno.

A investigação de Pomeranz releva o impacto significativo da exploração dos espaços não-europeus através do acesso a recursos ultramarinos, mas não encontra nestes factores o "motor" singular que concorre para o arranque único do desenvolvimento europeu. Reconhece-se também o papel vital do crescimento interno da Europa, mas, neste caso, é possível esclarecer processo similares noutros horizontes geográficos, especialmente na Ásia até praticamente 1800. A Europa ocidental podia ter instituições mais efectivas para mobilizar largas somas de capital, podendo esperar um tempo demorado pelo seu retorno, mas estas capacidades encontraram poucos usos para além dos

investimentos comerciais e coloniais, ao mesmo tempo que o endividamento público era fundamentalmente utilizado para financiar as guerras. É indiscutível que, ao longo do século XVIII, a Europa ocidental se tinha adiantado no uso de várias tecnologias produtivas, mas continuava atrasada em várias outras tecnologias territoriais e agrícolas. Quanto às consequências do crescimento "malthusiano" europeu, parece evidente que a relação entre demografia e recursos obrigava à mobilização de uma mão-de-obra intensiva, mas esta dialéctica pouco diverge do que ocorreu no mesmo período no Japão ou na China. Se alguns outros factores mais complexos diferenciaram a Europa ocidental de, por exemplo, a Índia ou a Europa do Leste – como a estrutura do mercado de trabalho – eram, no entanto, razoavelmente similares aos de regiões importantes da China. Conexões que obrigam qualquer investigação comparativa séria a deixar de se fixar apenas na busca da diferença europeia, até porque modelos económicos, sociais ou demográficos comuns nos dois extremos da Eurásia não podem naturalmente continuar a explicar-se como sucessos exclusivos da cultura e história europeias. As semelhanças entre a Europa ocidental e outras áreas do mundo asiático obrigam-nos a mudar de uma perspectiva simplesmente comparativista, assumindo mundos separados como unidades de comparação, para o estudo das conjunturas globais. O que implica não ser possível perceber antes de 1800 conjunturas globais em termos de um sistema mundial eurocentrado, mesmo quando as conjunturas globais favoreceram frequentemente a Europa, situação não significando imediatamente que os europeus as criaram ou impuseram. Por exemplo, a remonetarização da China com prata a partir do século XV foi um processo anterior à chegada europeia às Américas, mas haveria de se mostrar fundamental para tornar financeiramente sustentável o império espanhol no Novo Mundo, da mesma forma que epidemias dramáticas e mortíferas tiveram um papel crucial na criação deste império ibero-americano a partir das Antilhas. Apenas com os avanços seguros da industrialização ao longo do século XIX, correlativos da expansão da exploração colonial europeia, parece possível falar-se, pelo menos com rigor económico, de uma hegemonia da Europa.

Importa, no entanto, sublinhar que o ênfase colocado pelos historiadores europeus na dimensão de descontinuidade do processo de industrialização ocidental tende muitas vezes a modificar as unidades de comparação de forma espacialmente incorrecta. Nalguns casos, as comparações optam por contrastar unidades baseadas nas fronteiras e geografia políticas dos estados-nações actuais, comparando, por exemplo, a Grã-Bretanha à Índia ou à China políticas dos nossos dias. Desculpando a evidência, a Índia e a China são, naturalmente, mais comparáveis em tamanho, população e diversidade interna ao conjunto da Europa do que a países europeus individualizados. A não ser que, no cerne das investigações comparativistas, se projecte anacronicamente no passado a política estatal do presente: a nação, melhor, o estado-nação gerado a partir do século XIX europeu, não é uma unidade que possa viajar historicamente os caminhos da comparação global.[29] Repare-se a propósito que várias regiões do "velho" mapa do mundo geralmente perspectivado enquanto «pré-industrial», como o Delta do Yangzi, a planície de Kantō, a Grã-Bretanha, a Holanda ou o Gujarate ofereciam realizações comuns que não partilhavam com o resto do continente ou do subcontinente à sua volta: mercados relativamente livres, indústrias artesanais extensivas e uma agricultura altamente comercializada. Nestes casos, porque não comparar directamente estas unidades de espaço económico coerente em vez de introduzir áreas continentais largamente arbitrárias? Baseado nestas interrogações metódicas que se afiguram incontornáveis, o livro de Pomeranz desenvolve uma investigação que compara *partes* da Europa e partes da China, da Índia e de outros espaços asiáticos que se encontravam similarmente posicionados, da produção à circulação comercial, nos seus mundos continentais. Esta mudança de escala faz com que as comparações e as análises de conexões se tornem difíceis de distinguir, porque já não tratam de avisar a singularidade ou a exclusividade eurocêntricas,

[29] Algumas destas questões encontram-se também discutidas na obra de WONG, R. Bin – *China Transformed. Historical Change and the Limits of European Experience.* Ithaca: Cornell University Press, 1997.

apesar de manterem a importância quer descritiva quer contrastiva de uma análise recíproca. A derradeira consequência metodólogica implica perceber que a perspectiva normativa de um sistema interconexo em que uma parte (europeia) beneficia mais do que as outras, não justifica por si só designar essa parte o *centro*. Pelo contrário, importa assumir a interconexidade como um conjunto de vectores de influência movimentando-se em várias direcções.

A Imagem Colonial *Global* do Mundo

A globalização é também, senão essencialmente, representação e imagem. Já não se compra apenas um objecto – da cadeira ao sofá, da mesa à cama de dormir, de um simples copo à última versão de uma qualquer marca de automóveis, passando pelo vestuário, pela bebida ou mesmo pela apresentação do que se come... – mas o *design*, a construção estética do objecto que, sublinhando quanto é mais importante parecer do que ser, funciona mesmo para validar a dimensão pós-industrial das nossas sociedades ocidentais, claramente mais dominadas para estas concepções pelo serviço, pela gestão, pelo *marketing* ou pelo *design* em detrimento da produção industrial indiferenciada que ainda nos viria dos outros mundos não-europeus. A noção de que a globalização oferecida pelo mundo ocidental é, sobretudo, uma construção imagética, um verdadeiro desenho normativo do mundo, é um tema actualmente em crescente pesquisa e debate historiográfico. Um dos projectos de investigação mais importantes da última década colaborando no alargamento desta problemática encontra-se nos primeiros volumes editados por J. M. Blaut com o título geral *The Colonizer's model of the world.*[30] O objectivo fundamental deste estudo referencial consiste em procurar dissolver uma dos mais

[30] BLAUT, J.M. – *The Colonizer's Model of the World. Geographical diffusionism and Eurocentric history.* New York-London: The Guilford Press, 1993; BLAUT, J.M. – *The Colonizer's Model of the World. Eight Eurocentric Historians.* New York-London: The Guilford Press, 2000.

poderosas crenças do nosso tempo acerca da história e geografia mundiais: a noção comum e "científica" de que a civilização europeia – o "Ocidente" – sempre acumulou vantagens históricas, uma qualquer especial qualidade de *raça,* cultura, ambiente, conhecimento ou *espírito* que investiu esta comunidade de uma permanente superioridade em relação a todos os outros espaços e sociedades humanas ao longo dos diferentes períodos históricos até ao presente. Trata-se, de acordo com esta perspectiva, de uma *crença*

> duplamente histórica e geográfica. Os europeus são entendidos como os "fazedores da história". A Europa avança eternamente, progressa, moderniza-se. O resto do mundo avança vagarosamente ou estagna: é a "sociedade tradicional". Em consequência, o mundo tem um centro geográfico permanente e uma periferia também permanente: um interior e um exterior (inside/outside). O interior lidera, o exterior atrasa-se. O interior inova, o exterior imita.[31]

Uma perspectiva que, no domínio dos conceitos, gera não apenas um evidente *difusionismo,* mas um assumido *difusionismo eurocêntrico* com pretensões a uma universal normatividade: os processos culturais históricos estariam pautados por uma dinâmica global fluindo generosamente das regiões europeias para o resto do mundo não-ocidental, estatuindo as primeiras em fonte e os outros em recipientes. Apesar das raízes teológicas e escolásticas profundas do difusionismo, pode destacar-se no campo da historiografia essa noção de manual iluminando um "milagre europeu" conseguido em torno de 1492, inaugurando um período em que a Europa exibiria um evidente avanço e progresso renascimentais em relação às outras áreas culturais do mundo. Um "milagre" que, concretizado ainda antes do período do colonialismo, expressaria uma superioridade escorada em qualidades europeias internas, não somando ainda os resultados económicos da interacção com as sociedades de África, da Ásia e das Américas. A partir deste núcleo de ideias, não são raras as opiniões que, estendendo-se dos mundos das ciências sociais às políticas europeias, explicam não ter sido, afinal, o colonialismo e a sua exploração económica factor decisivo para a modernização da Europa, impondo-se mesmo uma difusão e acolhimento universais da civilização ocidental. As consequências em termos historiográficos deste entendimento etnocêntrico do difusionismo civilizacional europeu são, entre outros constrangimentos epistémicos e metódicos, a especialização de um verdadeiro "túnel do tempo" de que os nossos manuais e enciclopédias de história ainda não se conseguiram libertar.

Caso frequentássemos uma escola na Europa ou nos Estados Unidos da América há 150 anos atrás, por volta de meados do século XIX, ainda aprenderíamos na maior parte dos espaços escolares uma *História* ensinando que Deus criou o homem na região da grande Europa[32], podendo mesmo alguns professores sublinhar que apenas as populações deste espaço eram verdadeiramente humanas, sendo todas as outras hierarquicamente inferiores, jazendo quase na fronteira da sub-humanidade. Professores tanto de ciências naturais ou físicas como de história concordariam que os não-europeus se mostravam menos cultivados, honrados e corajosos do que os habitantes da Europa. Se tivéssemos ainda a sorte de estudar *Geografia* ouviríamos falar dos povos vivendo na África e na Ásia: os primeiros geralmente apresentados como "selvagens" cujo único destino aceitável era serem cristianizados e firmemente obrigados ao trabalho; por sua vez, as populações asiáticas, sobretudo da China e da Índia, tinham por qualquer razão desconhecida erguido civilizações *bárbaras* próprias, mas que se encontravam mergulhadas na estagnação e no declínio resultantes dos cruéis "despotismos orientais" que tinham construído no passado. Apenas os

[31] BLAUT, *op. cit.,* p. 1.

[32] O autor esclarece este conceito significando o continente europeu, mais – para os tempos antigos – as "terras bíblicas" do Norte de África à Mesopotâmia –, mais – para o período moderno – as regiões de colonização europeia como a América do Norte.

europeus conheciam a verdadeira liberdade... Ideias e categorias que se foram modificando, pelo que, se entrássemos no mundo escolar cinquenta anos mais tarde, à volta de 1900, frequentaríamos perspectivas bem mais seculares de uma história avisada pelos sabores do evolucionismo darwiniano: a Terra é extremamente antiga, assim como a vida ou a nossa espécie. No entanto, tudo o que historicamente foi decisivo continuava a ensinar-se ter ocorrido na Grande Europa. O primeiro verdadeiro homem, o Cro-Magnon, viveu na Europa. A agricultura foi inventada na Grande Europa, talvez mesmo no continente ou, pelo menos, nessas terras bíblicas formando o coração cultural do mundo. Estudaríamos em "história universal" que os começos pré-clássicos da civilização tinham ocorrido também nesses férteis espaços bíblicos assistindo ao aparecimento dos dois povos caucasianos que passaram a dominar a *História*: os semitas foram inventores de cidades e impérios, legaram-nos o monoteísmo e o cristianismo, mas depois caíram numa irremediável decadência oriental; os arianos ou indo-europeus construíram a partir destas fundações, espalhando-se pela Europa do Sudeste e pela Ásia ocidental para levantarem a primeira sociedade genuinamente civilizada: a Grécia Antiga. A seguir, os romanos desenvolveram uma civilização mediterrânica que obrigou a história a caminhar para noroeste. Se o aluno vivesse neste período nas Ilhas Britânicas aprenderia até que a história caminhou do "Oriente" (das terras bíblicas...) para Atenas, Roma, a França feudal e, finalmente, instalou-se na Inglaterra moderna – uma espécie de estranho "Expresso Oriente" ao contrário definitivamente ocidentalizado. Cinquenta anos depois, no final da Segunda Guerra Mundial, as mudanças no ensino da História e da Geografia universais não seriam estranhamente muitas. O primeiro verdadeiro homem continuaria a ser o Cro-Magnon europeu. Agricultura e civilização tinham sido inventadas nas terras bíblicas. E a verdadeira civilização marchava de Atenas para Roma, Paris e Londres, talvez agora navegando ou voando também para Nova Iorque. A História e a Geografia que se ensinavam na altura da última guerra mundial esclareciam uma espécie de túnel histórico que praticamente ignorava o mundo não-europeu, iluminado apenas graças às actividades coloniais ou a um passado integrado na história de um império europeu.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o mundo não-europeu começou firmemente a invadir a consciência ocidental após a guerra com o Japão, a intensificação dos movimentos de descolonização, as lutas pelos Direitos Civis nos Estados Unidos e o acesso à independência de numerosos países africanos e asiáticos. Muitos novos manuais escolares alargaram a discussão acerca da história não-europeia e começaram a contemplar preocupações em direcção às realizações das «outras» culturas. As escolas encontram-se quase sempre atrás do presente quando se trata de ensinar novos tópicos e ideias, pelo que não é ainda possível declarar que as noções de interno *versus* externo (*inside/outside*) são simplesmente artefactos de museus, antes persistem em muitos manuais e escolas por razões que se não se podem apenas atribuir às relações de distância entre investigação e pedagogia, entre local e universal. Muitos livros escolares e de divulgação de história tem vindo a ser escritos por investigadores consagrados, mobilizando metodologias tão rigorosas como noutro qualquer ramo do conhecimento, tentando evitar anacronismos e preconceitos grosseiros, sendo actualmente difícil encontrar nas historiografias europeias distorções e manipulações propositadas de eventos e periodizações. O problema reside principalmente no âmbito da causação e das conceptualizações propostas para se explicar longas durações e amplas regiões, crises e revoluções que, como a industrialização, ditariam a medida da superioridade do desenvolvimento ocidental. No capítulo das explicações, o eurocentrismo continua, de facto e quase *de iure,* a exercer uma influência importante tanto no discurso social comum, como no discurso político oficial ou mesmo no discurso científico que, muitas vezes, continua a convocar teorias pobres, quase sumárias, longe de evidências contrastivas e de um sentido da globalidade. Permanece fortemente enraízada a *crença* de que os acontecimentos e funcionamentos que transformaram a história ocorreram nessa grande Europa, da revolução neolítica à emergência das primeiras cidades e estados, da invenção grega da democracia ao desenvolvimento das ciências e da filosofia, passando, evidentemente, por essas criações decisivas que inventaram tanto o Estado moderno como a genialidade da Revolução Industrial.

A crítica, frequentemente violenta e radical, ao eurocentrismo espalha-se hoje em dia por diferentes domínios do pensamento social. Alguns estudos mais avisados esclarecem que o eurocentrismo não é apenas um preconceito, uma atitude errónea que pode ser facilmente eliminada do iluminado pensamento actual, da mesma forma que foram eliminadas outras relíquias como o colonialismo, o racismo ou o sexismo. O eurocentrismo representa um problema científico, académico, sendo frequentemente uma opção do conhecimento informado e, mesmo, especializado. Em rigor, o eurocentrismo organiza disciplinarmente uma colecção de *crenças* que categoriza realidades empíricas, ideias educadas e evidências que muitos europeus sem quaisquer preconceitos aceitam como conhecimentos válidos e absolutamente suportados por "factos". Grande parte dos profissionais de história europeus dos nossos dias explica que não tem quaisquer preconceitos etnocêntricos – e muitos, em rigor, não os têm... –, pelo que, quando ensinam terem sido os europeus a inventar a democracia, a verdadeira ciência, o feudalismo, o capitalismo, o moderno estado-nação ou as sociedades capitalistas industriais defendem estas noções *evidentes* porque acreditam que são rigorosamente "factos". Podemos mesmo tentar dissolver todos os preconceitos sociais e culturais do mundo, mas continuar a frequentar o eurocentrismo enquanto sistema de conhecimentos empíricos. O que obriga a discutir não os preconceitos, mas os *factos,* as *evidências factuais* que fundam os principais temários e conhecimentos que historicamente organizam o eurocentrismo.

Como é que ideias históricas eurocêntricas não confirmadas pela evidência ou mesmo contraditadas pelos factos podem continuar a ser aceites pelo pensamento histórico europeu, sobrevivendo como *crenças* larga e demoradamente aceites durante séculos e gerações? Trata-se de um problema crucial para a epistemologia da história hoje. Os investigadores sabem actualmente que, ao contrário do predominante há algumas décadas atrás, os conhecimentos empíricos, as *crenças* factuais da história, da geografia e das ciências sociais, no geral, ganham aceitação frequentemente por razões que têm muito pouco a ver com a evidência. Os conhecimentos académicos e científicos encontram-se mergulhados em cultura e comportamentos culturais, são mesmo organizados pela cultura e pelas suas práticas. O que ajuda a explicar porque é que, paradoxalmente, as *crenças* eurocêntricas são tão persistentes como os mitos que continuam a ser frequentados muito depois da *razão* para a sua

aceitação e rejeição. Novos candidatos a crenças ganham consistência longe da evidência se tiverem um suporte propriamente etnocêntrico; as crenças eurocêntricas como um todo continuam a reter demorada persuasão e poder. Mais ainda, o eurocentrismo é um conjunto *único* de crenças singularmente poderoso porque representa a racionalidade intelectual e académica que convalida *cientificamente* interesses sociais importante das elites europeias. O colonialismo europeu não apenas iniciou o desenvolvimento da Europa – e o subdesenvolvimento dos espaços não-europeus –, mas também, desde esse período moderno, a riqueza obtida na não-Europa através do colonialismo sob as suas diferentes formas, incluindo modelos neocoloniais, tem sido uma base tão necessária como decisiva para o continuado desenvolvimento económico europeu e o contínuo poder das suas elites. Por esta razão, o desenvolvimento de um *corpus* de crenças eurocêntricas, justificando e assistindo as actividades coloniais europeias, tem sido de frequência fundamental, da escola à política: o eurocentrismo é simplesmente o modelo do mundo do colonizador.

Estas opções críticas gerais discutem-se de forma mais rigorosa e interessante na continuação do projecto de J. M. Blaut em livro especializado dedicado ao estudo crítico de *oito historiadores eurocêntricos*: Max Weber, Lynn White Jr., Robert Brenner, Eric L. Jones, Michael Mann, John A. Hall, Jared Diamond e David Landes[33]. Apesar de nem todos estes autores se poderem profissional e academicamente apresentar rigorosamente como historiadores, são as suas teorias e explicações históricas acerca da «modernização» do mundo que se procuram investigar a partir de uma colecção complementar de temas e propostas fundamentando historicamente um mesmo modelo de *eurocentrismo.* Assim, na obra dedicada por Lynn White Jr à relação entre tecnologia medieval e mudança cultural[34], o historiador

[33] BLAUT, J.M. – *The Colonizer's Model of the World. Eight Eurocentric Historians.* New York-London: The Guilford Press, 2000.

[34] WHITE JR., Lynn – *Medieval Technology and Social Change.* London: Oxford University Press: 1962.

norte-americano procurava explicar as principais modificações sociais no mundo medieval europeu convocando uma teoria de determinismo tecnológico: durante a Idade Média, a Europa inventou ou especializou um conjunto de tecnologias permitindo sustentar o progresso em direcção ao feudalismo e, depois, rumo à modernidade do capitalismo.[35] A invenção medieval, por exemplo, do estribo de ferro tinha permitido uma forma mais efectiva de montar, de guerrear, produzindo o fenómeno do cavaleiro medieval que, ao transformar-se em senhor territorial, produzira o feudalismo[36]. Frequentando categorias quase essencialistas em torno da «imaginação», do «talento» ou do «dinamismo» dos europeus, a argumentação de Lynn White acaba por se concentrar na «revolução» das técnicas produtivas agrícolas, gerando um desenvolvimento económico exclusivamente europeu baseado em três inovações tecnológicas: a introdução do arado pesado; a utilização do cavalo com arreios na agricultura; a difusão da rotação trienal no centro e norte da Europa. Longe das explicações sociais e culturais que organizam estas especializações, a exacerbação da dimensão determinista destas tecnologias seguia, de facto, um evidente eurocentrismo, desconhecendo a utilização do arado pesado na Índia desde os séculos V-VI a.C., a utilização dos arreios e da força cavalar na agricultura da China e da Ásia central vários séculos antes ou a opção continuada pela rotação trienal, com ou sem irrigação, em muitos outros espaços asiáticos. Esta ignorância da história de outros territórios, especialmente do mundo asiático, limita também as teorias de um historiador marxista, Robert Brenner, autor de uma série de investigações acerca das origens medievais da modernização capitalista da Europa[37], ainda

[35] BLAUT – *op. cit.*, pp. 31-44.

[36] «Man on Horseback, as we known him during the past millennium, was made possible by the stirrup» (WHITE – *op.cit.*, p. 38)

[37] BRENNER, Robert – *Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-industrial England,* in «Past and Present» 70 (1976); BRENNER, Robert – *The Origins of Capitalist Development: A Critique of Neo-Smithian Marxism.* In «New Left Review» 104 (1977); BRENNER, Robert – *The Agrarian Roots of European Capitalism,* in «Past and Present» 92 (1982); BRENNER, Robert – *The Social Basis of Economic Development,* in J. Roemer (ed.), *Analytical Marxism.* Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

hoje largamente seguidas por autores de larga ressonância como Eric Jones ou Michael Mann. A sua teoria do desenvolvimento medieval da Europa e do capitalismo constrói-se apenas com factos europeus que comprovariam as transformações sociais dos finais da Idade Média, vazadas principalmente nas mudanças das estruturas de classe.[38] Uma causação que permitiria explicar a transição para o capitalismo não a partir do incremento da comercialização e dos tratos mundiais, mas antes na base da produção e da competição social, assim se excluindo qualquer importância do mundo não-europeu pós-1492 na formação de relações capitalistas.

Esta ideia instalada acabaria por receber renovada consagração com a publicação de uma obra ainda hoje célebre de Eric L. Jones significativamente intitulada *O Milagre Europeu*[39]. Apesar do subtítulo deste livro sugerir uma história comparada das economias, ecologias e geopolítica da Europa e da Ásia, a colecção de argumentos trata de comprovar sistematicamente a superioridade do passado e presente europeus.[40] Esta superioridade radicaria na qualidade e aproveitamento do meio ambiente em associação com um modelo demográfico que, ao contrário das sociedades asiáticas, teria impedido um excessivo crescimento populacional com impacto nos níveis de vida. Esta especialização demográfica europeia assentaria concretamente na predominância da família nuclear em contraste com a opção maioritária das populações da Ásia privilegiando formas de organização familiar extensivas. Às vantagens ambientais e demográficas somava-se a superioridade tecnológica europeia e uma «tendência natural» para alargar fronteiras através da conquista, da descoberta e da exploração. A metáfora do «milagre» europeu completava-se, em seguida, como seria de esperar, com a argumentação da prioridade da Europa na edificação e difusão de uma economia de mercado que convocava duas qualidades

[38] BLAUT – *op. cit.*, pp. 45-72.

[39] JONES, Eric L. – *The European Miracle: Environments, Economies, and Geopolitics in the History of Europe and Asia.* Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

[40] BLAUT – *ob. cit.*, pp. 73-112.

fundamentais associadas impossíveis de recensear historicamente no ordenamento das sociedades asiáticas: individualismo e racionalidade. Em contraste, esse quase um quarto de livro dedicado a estudar a «inferioridade» da Ásia mobiliza várias das propostas denunciadas teórica e ideologicamente por Edward Said[41], sumariadas em torno dos temas seguintes: (i) a irracionalidade em matéria de vitalidade e inovação intelectuais em cruzamento com uma moral hostil ao progresso e à disciplina estatal; e (ii) um meio natural pouco adequado ao desenvolvimento económico. A dificuldade histórica do mundo asiático em libertar-se destes dois constrangimentos praticamente permanentes haveria de concorrer para explicar um subdesenvolvimento afogado entre a incapacidade para controlar o crescimento populacional e as dificuldades em estruturar poderes e instituições civis «livres». O «oriental» para Eric Jones exibe uma enorme dificuldade para pensar logicamente encontrando-se muito longe do criticismo e da indagação empírica da tradição greco-judaico-cristã.

A valorização da singularidade excepcional das instituições políticas criadas pelo desenvolvimento europeu encontra-se também na obra que Michael Mann tem vindo a dedicar à história do poder.[42] Entendendo o poder como o nível de civilização conseguido através de vários desenvolvimentos culturais, tecnológicos, económicos, militares e a complexidade da organização social e política, Mann propõe-se explicar a inexorável marcha da história em direcção à Europa do Norte, distinguindo entre o desenvolvimento «extensivo» asiático e o progresso «intensivo» europeu, escorado em vantagens macro-geográficas e em construções sócio-políticas longe das limitações do «despotismo oriental» que teria acompanhado a ordem da história política e social do mundo asiático.[43] Uma perspectiva retomada também na obra

[41] SAID, Edward – *Orietalism. Western Conceptions of the Orient.* New York: Routledge, 1978.
[42] MANN, Michael – *The Sources of Social Power: vol. I. A History of Power from the Beginning to A.D. 1760.* Cambridge: Cambridge University Press, 1986; *The Sources of Social Power: vol. II. The Rise of Classes and Nation-States, 1760-1914.* Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
[43] BLAUT – *op. cit.*, pp.113-127.

de John A. Hall interessada em comprovar as conexões especializadas exclusivamente na história dos espaços europeus e «ocidentais» entre capitalismo e liberalismo.[44] Ao estudar a história da China, da Índia e do mundo islâmico Hall encontrava um conjunto quase permanente de bloqueios ao desenvolvimento económico capitalista vindo, sobretudo, das religiões e do despotismo «orientais».[45] As vantagens europeias seriam, assim, quase «naturais» como se tenta com evidente determinismo explicar nos trabalhos de Jared Diamond encalhados na história do ambientalismo.[46] Tentando provar as qualidades superiores do ambiente natural europeu em contraste com outros espaços asiáticos, especialmente a China, este especialista em biologia destaca as vantagens da topografia e do sistema costeiro europeu para acabar por recuperar o tema do despotismo oriental: apesar de terem acedido cedo à «revolução» da agricultura, a China, a Índia e o mundo islâmico mergulharam em civilizações despóticas que impediram o desenvolvimento económico. Uma argumentação recorrente que se recupera igualmente no muito aclamado livro de David Landes perguntando «porque é que alguns são tão ricos e alguns são tão pobres?».[47] Partindo de uma teoria da história especialmente redutora explicando que a própria noção de desenvolvimento económico era uma invenção ocidental, o demorado livro de Landes tenta comprovar que a história do mundo habita uma construção «ocidental» caminhando para uma condição final: uma sociedade de desenvolvimento e crescimento.[48] Percorrendo uma colectânea normativa de proposições eurocêntricas – a qualidade do clima, a singularidade cultural, a inventividade tecnológica – Landes concentra-se na história dos impérios, começando

[44] HALL, John A. – *Powers and Liberties: The Causes and Consequences of the Rise of the West.* Oxford: Basil Blackwell, 1985.
[45] BLAUT – *ob. cit.*, pp. 128-148.
[46] DIAMOND, Jared – *Guns, Germs, and Steel: The Fates of Human Societies.* New York: Norton, 1997.
[47] LANDES, David – *The Wealth and Poverty of Nations: Why Some Are So Rich and Some So Poor.* New York: Norton, 1998.
[48] BLAUT – *op. cit.*, pp. 173-199.

por esclarecer que o imperialismo está inscrito no nosso sangue, concretizando uma expressão de profunda energia humana, de tendência para a expansão, não apenas «simplisticamente» uma intolerável estratégia para explorar outros territórios e populações até porque, num balanço histórico panorâmico, as economias europeias pouco tinham ganho, senão mesmo nada, com os projectos coloniais imperiais. A seguir, Landes explica terem apenas existido dois imperialismos históricos importantes: a expansão islâmica e a expansão da Europa cristã. Enquanto a primeira se reduzia a uma questão de «zelo» ou «paixão», a expansão europeia movimentava tecnologia superior e era uma expressão de poder, procura do lucro, algum proselitismo religioso e muita curiosidade. Praticamente metade do livro embaraça-se nesta discussão do balanço da história do imperialismo europeu e na sua projecção pós-colonial, mas rapidamente repousa na exornação política de uma globalização liderada pela herança histórica europeia.

Apesar de agitarem causações e explicações que cada vez são menos partilhadas pelos historiadores profissionais, a colecção de autores e textos criticada quase sempre com coerência e rigor por J. M. Blaut tenderia a formar um modelo eurocêntrico largamente normativo da história mundial. A investigação das «origens» que, entre ideologias, ciências e movimentos políticos, concorrem para organizar parte importante deste modelo são discutidas por Blaut quase exclusivamente em torno da herança de Max Weber. Trata-se, provavelmente, da parte menos conseguida deste projecto, visto que importaria tentar perceber porque é que as ciências sociais – da história à antropologia, da sociologia à economia – «nasceram» no século XIX europeu para fundamentar as próprias estruturas da «modernidade» e, a partir delas, «classificar» e «organizar» as diferentes culturas e sociedades do mundo. Os pais fundadores das ciências sociais europeias, Marx, Durkheim, Max Weber e, ainda que a níveis mais complexos, Freud, especializaram um conjunto de campos disciplinares que teria definitivamente associado modernidade e racionalidade. Como se sabe, no coração da densa obra weberiana encontra-se essa ideia axial de que a evolução histórica assenta fundamentalmente no progresso intelectual, desenvolvendo a racionalidade humana que, através do pensamento e da acção, especializa novas instituições sociais, renovadas formas de

Estado, os sistemas legais, as burocracias e ordenamento progressivamente mais urbano do espaço.[49] Para as concepções weberianas, a moderna sociedade europeia compareceria não apenas como a mais «racional» das sociedades, mas também como produto da consciência humana, somando voluntarismo e liberdade de escolha. Ao contrário, as sociedades não-europeias, incluindo os espaços asiáticos, continuariam limitadas pela tradição e pela irracionalidade, orbitando em torno dessa teoria do «despotismo oriental». Adoptando vetustas explicações históricas que se podem fazer remontar ao século XVII, Max Weber sublinhava que as civilizações orientais se encontravam dependentes da irrigação de meios naturais especialmente secos sendo forçadas a criar formas depóticas e não-democráticas de poder absolutamente necessárias para garantir o controlo dos recursos aquáticos e a sua distribuição económica e social. Esta situação obrigava ainda a gerar uma ordem social especialmente estratificada e marcada por escassa mobilidade social capaz de manter autoridades fortes apropriando poderes de mando suficientemente repressivos já para mobilizar parte importante da população no trabalho de gestão e aproveitamento dos limitados recursos aquáticos, já também para aceitarem este tipo de organização social. Os argumentos de Weber encontravam-se reconhecidamente embaraçados pela situação histórica da China generosamente beneficiada em muitos dos seus espaços por redes hidrográficas e volumes de chuva muitas vezes superiores aos de muitos territórios do Sul da Europa. Por isso, tentando manter a coerência da teoria, Weber destacava no caso chinês a importância central do transporte da água através de sistemas de canais, necessidades que produziam os mesmos efeitos de centralização e despotismo políticos. O escrúpulo normalmente frequentado pelas investigações weberianas mostra-se claramente nas dificuldades que o grande sociológo alemão demonstra ao longo da sua obra para estabeler uma causação coerente para estas distinções entre a «racionalidade» europeia e o despotismo «oriental». Não confiando plenamente em explicações essencialistas, ancoradas no seu tempo aos

[49] BLAUT – *op. cit.*, pp. 19-30.

temas do determinismo da «raça», Weber preferiu sumariar uma teoria da história social da humanidade em que as ideias e os valores se mostravam as principais causas das mudanças, das estruturas e do progresso sociais. Nesta constelação, as ideias mais importantes eram as religiosas e conhece-se suficientemente o caminho que conduziu Max Weber a distinguir a intimidade causal entre protestantismo e capitalismo contrastando com os limites ideológicos e éticos que as religiões «orientais», excessivamente agarradas a morais paternalistas como o confucionismo, colocavam ao desenvolvimento económico capitalista. Por isso, as páginas iniciais desse livro inteligente que é *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* resumem o programa de uma história eurocêntrica com a qual Weber tentou conviver não sem ambiguidades e alguns problemas críticos:

> O filho da moderna civilização europeia tratará os problemas da história universal tendo em conta, inevitável e legitimamente, a seguinte questão: que encadeamento particular de circunstâncias levou a que no Ociedente, e só aqui, tenham aparecido fenómenos culturais que – como pelo menos gostamos de pensar – se situaram numa direcção evolutiva de significado e valor universais?
> Só no Ocidente existe «ciência» num estádio de desenvolvimento que hoje reconhecemos como «válido». Noutros lugares, sobretudo na Índia, na China, na Babilónia e no Egipto, também existiram conhecimentos empíricos, reflexões sobre os problemas do mundo e da vida, uma profunda sabedoria filosófica e também teológica – embora o pleno desenvolvimento de uma teologia sistemática seja característico do cristianismo de influência helenística (só no Islão e em algumas seitas indianas encontramos tentativas nesse sentido) –, conhecimentos e observações extraordinariamente requintados. Mas à astronomia babilónica, bem como a todas as outras, faltava – o que ainda torna mais extraordinário o seu desenvolvimento – a fundamentação matemática, que só os Gregos lhe proporcionaram. À geometria indiana faltava a «demonstração» racional – mais um produto do espírito helenístico que também foi o primeiro a criar a mecânica e a física. Às ciências naturais indianas, muito desenvolvidas no aspecto da obsérvação, faltava a experimentação racional – após os primeiros passos da Antiguidade, essencialmente um produto do Renascimento – e o laboratório moderno e, por conseguinte, à medicina altamente desenvolvida do ponto de vista empírico-técnico, nomeadamente na Índia, faltavam os fundamentos biológicos e, particularmente, bioquímicos. A todas as civilizações fora do Ocidente falta uma química racional. À historiografia chinesa, altamente desenvolvida, falta o pragmatismo tucidiano. Maquiavel tem precursores na Índia, mas a todas as teorias do Estado asiáticas faltava uma sistematização semelhante à de Aristóteles, bem como os conceitos racionais.[50]

Apesar de algumas críticas que exageram aspectos formais ou instrumentais, o projecto de investigação de J. M. Blaut constitui um programa extremamente coerente de crítica a uma persistente historiografia, ideologia e «crença» eurocêntricas. Pese embora também não frequentar muitos outros esforços analíticos oriundos de diferentes horizontes historiográficos ou não discutir com alguns dos grandes clássicos da historiografia europeia do século XX, Braudel à cabeça, os livros de Blaut oferecem um excelente ponto de partida para a renovação dos problemas e metodologias de uma história capaz de explicar através das opções complexas dos diferentes processos culturais e sociais do passado em vários tempos e territórios este mundo presente carregado pela evidência de uma globalização inevitável. Importa, assim, tentar encontrar alguns pontos comuns de partida que, do conceitual ao metodológico, sejam capazes de mobilizar e renovar o trabalho dos historiadores.

[50] WEBER – *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2001, pp. 11-12.

A História da Globalização: as interrogações dos Historiadores

Um dos principais problemas epistemológicos do fazer história reside, como se sabe, num processo de inquérito que parte sempre de interrogações do presente para escrutinar, tanta vezes selectiva e estrategicamente, os funcionamentos e opções do passado. *A história é sempre filha do presente,* na belíssima definição clássica de Lucien Febvre. Encontrando-se o nosso presente verdadeiramente carregado de uma noção visitada para explicar quase tudo e, assim, explicar quase nada, um primeiro esforço deve concentrar-se na própria historização da noção de globalização: trata-se de um fenómeno ou conjunto de fenómenos que se encontra a produzir uma ruptura definitiva na história? Senão mesmo essa anunciada «espécie» de fim da história? Em caso afirmativo, como reconhecer rigorosamente essa ruptura, descontinuidade ou «fim da história»? Actualmente, os historiadores profissionais, a sua produção historiográfica tanto como os seus interesses e programas de investigação mostram-se geralmente mais do que desconfiados das rupturas. Máquinas, homens, revoluções políticas ou ideias «geniais» causam perturbações, alteram regimes, especializam instituições, mas introduzem quase sempre com muitas dificuldades descontinuidades sociais e, ainda mais raramente, rupturas nos processos longos que estruturam em sociedades a história de territórios e populações. A mudança social é, em história, um processo complexo e demorado de alterações das estruturas de ordenamento da mobilidade e das posições sociais que ajustam pessoas, grupos e dominações a diferentes territórios que, exteriormente a qualquer determinação ecológica, se reproduzem socialmente através de investimentos culturais de longa duração. Os historiadores insistem normalmente na prioridade da noção de *processo*, sublinhando a sua dimensão gradual e cumulativa enformando as novidades aparentes em raízes e contextos precedentes. A história profissional procura, assim, explicar as mudanças sociais através da investigação dessas descontinuidades que verdadeiramente contam, aquelas que alteram as relações entre sociedades e territórios. Aparentemente, a velocidade da interconexão cultural, das inovações tecnológicas, das condições formidáveis de comércio mundial, a convergência de sistemas económicas, o predomínio de um único super-poder e a permeabilidade das culturas locais a influências homogeneizantes ditariam no presente as vias de descontinuidade com uma história dominada pela ordem que, do económico ao cultural, organizava a soberania do estado-nação. Apesar destes movimentos produzirem mudanças limitadas nas estruturas fundamentais do ordenamento social, redistribuindo indústrias e serviços ao mesmo tempo que se alargam desigualdades antigas, descontadas também algumas novas modalidades de integração económica e comercial em instituições transnacionais, ainda é o estado-nação a assegurar a intermediação dos processos de internacionalização, da mesma forma que persiste uma vetusta divisão social do trabalho que as novas profissões e serviços informáticos estão longe de alterar radicalmente. As mudanças sociais que, entre outras, se começam a prefigurar remetem para movimentos mais profundos ancorados a alterações demográficas com influências nos sistemas de organização familiar ou na redistribuição das culturas da informação com ressonâncias significativas na distribuição da educação social e da formação profissional. Alteram-se tanto as pirâmides de idade que demoradamente equilibraram população e crescimento económico como os movimentos de emigração com acesso ao trabalho industrial e civil no Norte industrializado. É difícil para a investigação histórica descrever e, muito menos, interpretar todos estes sinais da mudança que remetem para alterações profundas nas relações entre o demográfico, o social e o económico: existe pouca pesquisa comparada, são escassos os estudos de conexões entre sociedades e territórios diferentes, praticamente não se consagraram as investigações contrastivas. Perante estas limitações, o debate em torno da periodização da globalização encontra-se embaraçado por várias divergências absolutamente estéreis, subsumidas em diferentes anacronismos procurando reconstruir e projectar no passado, sobretudo económico, a complexidade da globalização actual. Levado ao extremo, este entendimento tenderia quase a encarar a globalização como esse fim da história ou, pelo menos, o período conclusivo de um processo quase linear organizando a história na colecção de épocas e pré-épocas da formação do mundo global actual, voltando a utilizar vetustas periodizações encalhadas num ordenamento de estádios de desenvolvimento eco-

nómico, neste caso, sucessivamente mais próximos da nossa «era da globalização» marcada pela definitiva e benigna consagração universal de um único sistema de «abundância» económica.

Em rigor, se quisermos fixar em tema de investigação histórica as ideias, estratégias e fenómenos que se foram colando a uma palavra transformada em imagem «evidente» do nosso mundo, a globalização deverá ser preferencialmente entendida como a colecção de tendências de mudanças sociais marcada por uma crescente inter-conectividade entre as sociedades e as suas populações em resultado de uma transculturação que a evolução dos transportes e das tecnologias da informação têm facilitado. Trata-se, assim, em rigor conceitual, de um processo de internacionalização que foi acelerando e multiplicando a integração de alguns dos seus elementos formativos, ao mesmo tempo que foi alargando inúmeras condições de desigualdade territoriais e sociais ditadas pela dimensão centríputa da integração global das transacções económicas e pela homogeneização de formas importantes de comunicação cultural global. Para o mundo da história profissional, a globalização apenas pode ser estudada associando e contrastando o global e o local, comparando e contrastando sociedades, investigando conexões que se podem estender da partilha de sistemas económicos à mobilização de diferentes culturas e religiões. Para um programa de investigações comparadas, contrastivas e conectivas o cruzamento entre a história da Ásia e da Europa mostra-se um laboratório de experiências fundamentais. É indiscutível que nos espaços históricos asiáticos se foram formando sistemas económicos de larga projecção mundial anteriores às expansões coloniais europeias[51], da mesma forma que não é possível continuar a percorrer uma construção da «história universal» exclusivamente centrada na prioridade da economia, da ordem social e política, da racionalidade ou das ciências europeias. A sensação de se integrar um mundo global não pode substituir-se ao estudo comparativo, contrastivo e à busca das conexões entre a

[51] ABU-LUGHOD, J. L. – *Before European Hegemony.* New York: Oxford University Press, 1989.

diferentes sociedades e culturas que, ontem como hoje, organizaram também diferentes processos históricos, não sendo, por isso, lícito passar a reorganizar a periodização e a conceituação históricas para transformar a história numa espécie de ciência moral consagrada a «descobrir» as origens mais ou menos longínquas de um processo de globalização que daria sentido político e moral definitivo hoje à história apenas profética de ontem.